



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

SIMONE ROBERTO

**SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Campinas – SP

2025



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

SIMONE ROBERTO

**SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social (Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social. **Orientador(a): Profª Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá**

Campinas – SP

2025

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R639s	Roberto, Simone SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA : Relato de Experiência / Simone Roberto. - Campinas: PUC-Campinas, 2025. 67 f. Orientador: Profª Dra. Jeanete Liasch Martins de Sá . TCC (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Inclui bibliografia. 1. Serviço Social. 2. Pessoa com Deficiência Intectual . 3. Violência. I. Liasch Martins de Sá , Profª Dra. Jeanete . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Faculdade de Serviço Social. III. Título.
-------	---



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

SIMONE ROBERTO

SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Dissertação defendida e aprovada
em 16 de junho de 2025 pela
comissão examinadora:

Prof(a).Dr(a): **Jeanete Liasch**
Martins de Sá. Orientador e
presidente da comissão
examinadora.
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

Prof(a). Dr(a). **Stela Cristina Godoi**
Doutora em Sociologia, professora da
Faculdade de Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de
Campinas

Prof(a).Dr(a). **José Antônio Boareto**
Doutor em Ciências da Religião,
professor da Faculdade de Teologia
da Pontifícia Universidade Católica
de Campinas

Campinas – SP

2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, minha fonte de força, sabedoria e esperança. Sem Sua graça e presença nesta jornada acadêmica, nada disso teria sido possível. Nos momentos mais difíceis, Ele me sustentou, guiou minhas decisões e me concedeu a perseverança necessária para chegar até aqui. Neste momento especial de conclusão da minha jornada acadêmica, sinto a necessidade de expressar minha profunda gratidão a algumas pessoas e instituições que foram fundamentais nesse percurso.

Agradeço ao meu marido Rodrigo que amo muito, que foi meu apoio incondicional ao longo dessa caminhada. Sua motivação e incentivo foram essenciais para que eu seguisse firme na busca por essa conquista. Minha gratidão também se estende à minha filha Vitória e ao meu filho João, que, com carinho e compreensão, estiveram ao meu lado nos momentos desafiadores, oferecendo amor, apoio emocional e físico.

Agradeço aos meus filhos, Jônatas e Esdras, pela paciência e compreensão que tiveram durante esses quatro anos de faculdade. Vocês entenderam que essa fase, apesar de desafiadora, era passageira e que traria benefícios para nós como família. Sua força e apoio foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente. Sou muito grata por ter vocês ao meu lado.

Agradeço também à IEQ Novo Mundo, minha comunidade de comunhão, e a todos os meus irmãos em Cristo, que me cobriram de orações e intercessões. O suporte espiritual que recebi dessa comunidade foi reconfortante e essencial durante essa caminhada. Saber que havia pessoas torcendo por mim fez toda a diferença.

Um agradecimento especial ao Projeto Social “O Menor da Casa”. Durante esses quatro anos, vocês foram uma fonte de incentivo e inspiração para a realização desse sonho. O apoio recebido me permitiu não apenas aprender, mas também aplicar o conhecimento adquirido na faculdade dentro do projeto. Muitas vezes, fui desafiada a criar projetos físicos que atraíssem as pessoas certas para entender nosso trabalho e nos apoiar. Essa experiência foi valiosa e transformadora.

Expresso meu reconhecimento à minha orientadora, professora Jeanete, pela paciência, conhecimento e dedicação, fundamentais para a realização deste trabalho. Estendo meus agradecimentos aos professores Virgínia, Bia, Carla, Arnaldo, Padre José Boareto, Padre Mateus, Heloisa, Valdir e Dimas, cujas contribuições foram essenciais para minha formação acadêmica e pessoal.

Sou grata à Faculdade de Serviço Social da PUC, que proporcionou uma formação enriquecedora e me permitiu crescer como profissional e ser humano. Aos meus colegas de curso, especialmente Jaque, Jéssica e Gabi, pela parceria, incentivo e apoio mútuo. Aos demais colegas da turma que estão no meu coração, Ari, Cintia, Brenda, Isa, Marcos, Pri, Karine, Gabis, Lu, Lici, Flavia, Tamires, à galera do busão 357, e aos amigos das áreas de pedagogia e publicidade e propaganda – Melissa, Mayara, Mone, Guilherme e tantos outros –, agradeço por tornarem essa jornada mais leve e especial.

Um agradecimento especial à SORRI Campinas, que me proporcionou uma experiência prática valiosa durante meu estágio supervisionado. A equipe multidisciplinar e os profissionais que me acompanharam foram fundamentais para minha aprendizagem, permitindo que eu vivenciasse na prática o impacto do Serviço Social na vida das pessoas com deficiência intelectual. Cada troca, cada aprendizado e cada desafio enfrentado contribuíram imensamente para minha formação profissional e humana.

Também expresso minha gratidão ao GVCS (Grupo de Vivência Cooperativa Solidária), onde fui acolhida pela professora Lúcia e, posteriormente, pela professora Alessandra. A experiência nesse grupo, junto à CaCi e todos os envolvidos, foi transformadora. Foram quatro semestres de aprendizagem gratificante, repletos de trocas enriquecedoras que levarei comigo para sempre. A vivência nesse grupo fortaleceu minha visão sobre cooperação, solidariedade e o impacto do trabalho coletivo.

À equipe AKana, pelo acolhimento e pela oportunidade de aprendizado nas demandas de trabalho. À professora Stela Godoy, que me proporcionou minha primeira experiência de extensão na PUC. Agradeço também ao Caio e Lucas do laboratório, ao Lucas do café, que me manteve desperta nos momentos mais desafiadores, e às funcionárias da cantina, que sempre receberam a mim e meus colegas com carinho e atenção.

As minhas amigas irmãs, Ivanilda, Edileuza e Eumarene, que amo muito.

Por fim, a cada pessoa que, direta ou indiretamente, fez parte desses quatro anos na faculdade, meu sincero agradecimento. Vocês foram fundamentais na minha trajetória. Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do serviço social na promoção da inclusão e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual em situação de violência, destacando os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para garantir sua proteção e cidadania. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa, fundamentada em referencial teórico, análise documental e relatos de experiências obtidos durante o estágio supervisionado na organização SORRI Campinas. As ações profissionais foram observadas a partir da articulação entre teoria e prática, com ênfase na atuação interdisciplinar e na construção de redes de apoio. Os resultados obtidos apontam que a deficiência intelectual, somada a condições sociais de vulnerabilidade, agrava a exposição à violência, tornando essencial a presença de equipes multidisciplinares capacitadas e sensíveis às particularidades desses sujeitos. O trabalho evidenciou ainda a relevância da escuta qualificada, do encaminhamento adequado e da implementação de políticas públicas inclusivas. A experiência de estágio contribuiu para compreender a importância do papel do assistente social como agente de transformação, capaz de mediar situações complexas, fortalecer vínculos familiares e comunitários, e promover a dignidade e os direitos humanos. Conclui-se que, apesar dos avanços legais e teóricos, ainda há desafios significativos na efetivação da proteção integral às pessoas com deficiência, sendo necessário ampliar o número de profissionais preparados e fortalecer a articulação entre os serviços da rede.

Palavras-chave: serviço social; deficiência intelectual; violência; direitos humanos; inclusão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of social services in promoting inclusion and defending the rights of people with intellectual disabilities who are victims of violence, highlighting the challenges faced and the strategies used to ensure their protection and citizenship. The methodology adopted was qualitative in nature, based on theoretical frameworks, document analysis, and reports of experiences obtained during the supervised internship at the SORRI Campinas organization. Professional actions were observed based on the articulation between theory and practice, with an emphasis on interdisciplinary work and the construction of support networks. The results obtained indicate that intellectual disabilities, combined with social conditions of vulnerability, aggravate the exposure to violence, making it essential to have trained multidisciplinary teams that are sensitive to the particularities of these individuals. The study also highlighted the importance of qualified listening, appropriate referral, and the implementation of inclusive public policies. The internship experience contributed to understanding the importance of the role of the social worker as an agent of transformation, capable of mediating complex situations, strengthening family and community ties, and promoting dignity and human rights. It is concluded that, despite legal and theoretical advances, there are still significant challenges in implementing comprehensive protection for people with disabilities, making it necessary to increase the number of trained professionals and strengthen the articulation between the network's services.

Keywords: social service; intellectual disability; violence; human rights; inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Recorte da imagem original: Cena 1- Violência a pessoa com deficiência.	20
Figura 2. Recorte da imagem original: Cena 2- Taxas de Notificações de violência contra pessoas com deficiência por sexo e tipo de deficiência.	21
Figura 3. Recorte da imagem original: Cena 3- Violência segundo o tipo de deficiência e natureza da violência.	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBi – Lei Brasileira de Inclusão

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Pessoa com Deficiência

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SORRI – Sociedade de Reabilitação e Reintegração do Deficiente

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	16
1.1 A Pessoa com Deficiência Intelectual e a Legislação Brasileira: Direitos e Proteção Contra a Violência	16
1.1.1 <i>Pessoa com Deficiência</i>	17
1.2 Violência à Pessoa Com Deficiência	18
2 SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	24
2.1 O Papel do Assistente Social Voltado para a Pessoa com Deficiência	26
2.2 O Assistente Social Na Garantia De Direitos Da Pessoa Com Deficiência .	27
3 PROMOVENDO INCLUSÃO E PROTEÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SORRI CAMPINAS	33
3.1 Uma Reflexão sobre a Vulnerabilidade e a Importância da Rede de Apoio na Prevenção da Violência	33
3.2 A SORRI Campinas	34
3.3 A Importância Da Ação Conjunta De Uma Equipe Multidisciplinar: Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social E Nutricionista	35
3.4 A Importância da Equipe Multidisciplinar: Cuidado Integral e Abordagem Holística (Abrangente)	36
3.5 Cuidado Integral: O Papel da Equipe Multidisciplinar na Vida da Pessoa com Deficiência	38
3.6 Violência e Direitos: Como a Equipe Multidisciplinar pode Transformar Vidas de Pessoas com Deficiência	39
3.7 A importância da estagiária na articulação entre teoria e prática no Serviço Social (A AÇÃO DA ESTAGIÁRIA)	40
3.7.1 <i>A Estagiária como Agente de Transformação em Equipes Multidisciplinares no Serviço Social</i>	43
4 RELATOS DE CASO: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	45
4.1 RELATO DE CASO – A HISTÓRIA DE SOL	45
4.1.1 <i>Importância das Intervenções, Atividades terapêuticas e Serviços Comunitários no Processo de Recuperação</i>	46
4.1.2 <i>Função Protetiva da Família</i>	48

4.1.3 Conclusões e Aprendizados	50
4.2 RELATO DE CASO – A HISTÓRIA DE CÉSAR E AUGUSTO	52
4.2.1 Contexto Familiar e Social	52
4.2.2 Desafios e Intervenções Realizadas	52
4.2.3 Resultados e Reflexões	53
4.3 RELATO DE CASO - A HISTÓRIA DE JASMIM: Vulnerabilidade Social e Acolhimento	54
4.3.1 Contexto Familiar e Histórico	54
4.3.2 Situação Atual e Riscos	54
4.3.3 Papel do Serviço Social.....	55
4.3.4 Considerações Finais	56
4.4 RELATO DE CASO - CAMÉLIA: Vulnerabilidade Familiar e Saúde Mental 56	
4.4.1 Contexto Familiar e Social	56
4.4.2 Situação Atual e Riscos	57
4.4.3 Papel do Serviço Social.....	57
4.4.4 Considerações Finais	58
4.5 RELATO DE CASO: VIOLETA – Violência Familiar, Deficiência e Identidade de Gênero.....	58
4.5.1 Contexto Familiar e Social	58
4.5.2 Saúde e Identidade de Gênero	59
4.5.3 Papel do Serviço Social	59
4.5.4 Considerações Finais.....	60
5 ANÁLISE DOS RELATOS DE CASO	61
CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

A inclusão social das pessoas com deficiência representa um desafio contínuo na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. Historicamente, esse grupo enfrentou exclusão, estigmatização e marginalização, resultando em limitações significativas no acesso à educação, saúde, trabalho e participação plena na sociedade. No entanto, avanços legislativos e sociais têm promovido uma mudança de paradigma, reconhecendo a deficiência não apenas como uma condição individual, mas como uma construção social que emerge da interação entre impedimentos e barreiras ambientais e atitudinais.

Nesse contexto, o Serviço Social desempenha um papel crucial na promoção da equidade e na garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A atuação dos assistentes sociais é pautada por princípios éticos e pelo compromisso com a justiça social, buscando eliminar as barreiras que impedem a plena inclusão desse grupo na sociedade. Por meio de intervenções profissionais, os assistentes sociais contribuem para a efetivação de políticas públicas inclusivas, promovendo o acesso a serviços essenciais e fortalecendo a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência.

Este trabalho tem como objetivo analisar num primeiro momento, a atuação do Serviço Social na inclusão e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, destacando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superar as barreiras existentes. Busca ainda relatar a experiência de estágio na SORRI Campinas, Associação Beneficente. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, com base teórica em estudos e legislações pertinentes, buscando compreender as práticas profissionais e as políticas públicas voltadas para esse público. Analisa práticas, políticas públicas, bibliográfica e estudos de caso, focando nos desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência e no papel do assistente social.

Teorias e conceitos importantes orientam essa prática: Teoria dos Direitos Humanos: Defende a dignidade e os direitos inalienáveis de todas as pessoas, buscando combater a discriminação; Modelo Social da Deficiência: Enxerga a deficiência como uma construção social, destacando barreiras físicas, sociais e

atitudinais como obstáculos à inclusão; Teoria Crítica: Analisa as estruturas de poder que afetam as pessoas com deficiência, promovendo a justiça social e a equidade; Empoderamento: Ajuda as pessoas com deficiência a terem controle sobre suas vidas, incentivando a participação ativa e decisões informadas; Inclusão Social: Princípio fundamental que visa garantir acesso igualitário a oportunidades, permitindo plena participação na vida social, econômica e cultural. Essas abordagens moldam intervenções centradas na pessoa, promovendo direitos e dignidade para as pessoas com deficiência.

Este trabalho adota como referencial teórico o modelo social da deficiência, que compreende a deficiência não como um problema individual ou apenas biológico, mas como uma construção social resultante da interação entre as limitações funcionais do indivíduo e as barreiras impostas pela sociedade. Essas barreiras incluem desde obstáculos físicos e comunicacionais até atitudes discriminatórias que impedem a plena participação dos sujeitos com deficiência na vida social. Com base também na Teoria dos Direitos Humanos, entende-se que o reconhecimento da dignidade e da autonomia dessas pessoas é condição indispensável para a efetivação de seus direitos. Esse marco teórico orienta a análise das situações relatadas ao longo do estágio, permitindo compreender as práticas institucionais e sociais como elementos que tanto podem incluir quanto excluir sujeitos historicamente marginalizados.

1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

1.1 A Pessoa com Deficiência Intelectual e a Legislação Brasileira: Direitos e Proteção Contra a Violência

A construção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil é resultado de um processo histórico de lutas sociais e políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e à inclusão. A Constituição Federal de 1988 representa um marco nesse processo, ao assegurar, em diversos dispositivos, a igualdade de direitos e a proteção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade. Nos artigos 203 e 227, estão previstos, respectivamente, o direito à assistência social e a proteção integral de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração e violência (BRASIL, 1988).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº 8.742/1993, reforça esses direitos ao estabelecer a assistência social como política pública de seguridade social não contributiva. Entre os instrumentos previstos, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover sua própria subsistência nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993).

Com o advento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), houve uma significativa ampliação dos direitos e garantias legais. Inspirada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional (BRASIL, 2009), a LBI adota uma perspectiva biopsicossocial, reconhecendo que a deficiência resulta da interação entre as barreiras do meio e as limitações individuais. Segundo o Art. 7º da referida lei, a pessoa com deficiência tem direito à proteção e à segurança em situações de risco, inclusive em casos de violência doméstica e institucional (BRASIL, 2015).

A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, também deve ser considerada quando se trata de mulheres com deficiência intelectual, uma vez que essa população está ainda mais suscetível à violência, especialmente

no ambiente familiar. O §2º do Art. 9º da LBI reforça essa perspectiva ao estabelecer medidas protetivas específicas para mulheres com deficiência em situação de violência (BRASIL, 2015).

Para Iamamoto (2008), o Serviço Social possui compromisso ético-político com a defesa dos direitos sociais, e sua atuação deve estar voltada para a transformação das condições de vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, o(a) assistente social desempenha um papel estratégico na escuta qualificada, no encaminhamento e no acompanhamento de casos de violência, articulando-se com a rede de proteção social. Dessa forma, a atuação dos Assistentes Sociais é essencial para promover a inclusão e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, sendo necessário um esforço contínuo para ampliação do número de profissionais qualificados e para a implementação de políticas públicas eficazes.

A atuação junto à pessoa com deficiência intelectual demanda, portanto, uma compreensão crítica da realidade, além de sensibilidade para identificar situações de violação de direitos, muitas vezes naturalizadas ou invisibilizadas pela sociedade. Faleiros (2011) destaca que a violência contra a pessoa com deficiência deve ser compreendida dentro das relações de poder e desigualdade estrutural, exigindo uma intervenção que vá além da dimensão técnica, assumindo também um posicionamento ético e político.

Entre 1993, com a LOAS, e 2015, com a LBI, observa-se uma ampliação significativa dos direitos da pessoa com deficiência. Enquanto a LOAS reconhecia o direito à assistência por meio do BPC, a LBI avança ao garantir direitos à acessibilidade, à educação inclusiva, à proteção contra violência e à participação social plena. A LBI, ao incorporar a perspectiva da Convenção da ONU com status constitucional, consolida a deficiência como uma questão de direitos humanos e responsabilidade do Estado.

1.1.1 Pessoa com Deficiência

Conforme a definição baseada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a deficiência é um conceito que engloba diversas condições físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, as quais podem

restringir a capacidade de uma pessoa de realizar atividades diárias e participar plenamente da sociedade em igualdade de condições com os outros, e ela surge da interação entre indivíduos com limitações e as barreiras comportamentais e ambientais que dificultam sua participação plena e efetiva na sociedade. A Convenção foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006 e é um marco importante para os direitos das pessoas com deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

A deficiência intelectual é uma condição que, ao longo da história, enfrentou estigma e preconceito. Antigamente, era associada a crenças supersticiosas, levando à marginalização de indivíduos com essa condição. No século XIX, começaram os primeiros esforços para compreender e classificar a deficiência intelectual, que era frequentemente rotulada de forma pejorativa.

Com o avanço da medicina e psicologia, surgiram novas abordagens, como o conceito de QI, embora este tenha suas limitações. Hoje, o termo “*deficiência intelectual*” é mais aceito e reconhecido como uma condição que afeta o desenvolvimento cognitivo e adaptativo antes dos 18 anos. As limitações enfrentadas por essas pessoas impactam áreas como comunicação e habilidades sociais, tornando a inclusão social um desafio.

Atualmente, há um foco na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades. A conscientização sobre a deficiência intelectual é essencial para criar um ambiente acolhedor, onde educação e apoio social são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

A inclusão social das pessoas com deficiência é um tema importante no serviço social, que busca promover igualdade de oportunidades e respeitar os direitos dessa população.

1.2 Violência à Pessoa Com Deficiência

A violência, conforme definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é o uso intencional da força física ou do poder, seja de forma real ou em ameaça, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, resultando ou podendo resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Dentro dessa definição, a violência interpessoal é

uma subcategoria que se refere ao uso intencional da força para atacar ou ameaçar, causando impactos como lesões, sofrimento psicológico e privações.

Esse fenômeno é universal e afeta todas as idades, classes sociais, gêneros e raças/etnias, sendo reconhecido como um problema de saúde pública. A violência está presente nas interações cotidianas e afeta diretamente a saúde, como destacado por Minayo (2006), dado do Atlas da Violência (IPEA, 2023) reforçam essa perspectiva, evidenciando que pessoas com deficiência intelectual estão entre as mais expostas a violências estruturais.

No caso das pessoas com deficiência, o risco de sofrer violência é ainda maior devido a fatores como dependência, assimetria de poder em relação a cuidadores e familiares, barreiras de comunicação, estereótipos e estigmas. A deficiência, um termo abrangente, inclui categorias como deficiência física, intelectual, visual, auditiva e transtornos mentais. Esses fatores tornam as pessoas com deficiência mais vulneráveis a diferentes formas de violência.

O Relatório Atlas da Violência 2023, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta dados relevantes sobre a violência no Brasil, incluindo informações específicas sobre a violência contra pessoas com deficiência. O relatório de atlas da violência é uma ferramenta importante para compreender a magnitude do problema e orientar políticas públicas que promovam a proteção e a inclusão dessa população.

Os dados apresentados a seguir, retirados do Atlas da Violência (IPEA, 2023), evidenciam a gravidade da violência sofrida por pessoas com deficiência, sobretudo mulheres com deficiência intelectual. Esses dados serão retomados no Capítulo 3, quando analisaremos a atuação profissional da equipe multidisciplinar frente aos casos concretos vivenciados durante o estágio supervisionado.

1 em cada 3 PESSOAS

com deficiência intelectual sofre abuso sexual na idade adulta.

MULHERES com deficiência intelectual apresentam número elevado de notificações:

45 PARA CADA 10 MIL

pessoas com deficiência. Já para os homens na mesma condição, o número é de

16,2 NOTIFICAÇÕES PARA CADA 10 MIL

pessoas com deficiência.



A alta taxa de notificação de mulheres com deficiência intelectual pode estar relacionada a uma maior probabilidade de notificação de violência sexual.

Figura 1. Recorte da imagem original: Cena 1- Violência a pessoa com deficiência.

Fonte : IPEA - Atlas 2023

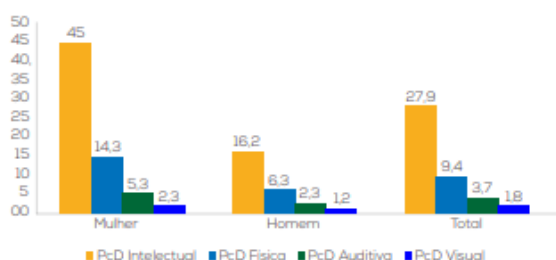
A violência, em suas diversas formas, é um problema complexo que transcende contextos sociais, culturais e econômicos. Sua definição, conforme apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), engloba tanto a agressão física quanto psicológica, evidenciando o impacto devastador que pode causar aos indivíduos e comunidades. Em particular, a violência interpessoal assume um papel alarmante, sendo uma forma direta de agressão que gera consequências como sofrimento emocional, danos físicos e privação de direitos básicos.

No contexto das pessoas com deficiência, a violência é ainda mais alarmante devido à vulnerabilidade ampliada que esse grupo enfrenta. Fatores como dependência de cuidadores, barreiras de comunicação e preconceitos sociais agravam a exposição dessas pessoas a situações de violência. A exclusão e a invisibilidade social tornam as pessoas com deficiência alvos frequentes de abusos, destacando a necessidade urgente de ações que garantam a proteção e o respeito a seus direitos.

Nesse cenário, políticas públicas, como as destacadas no Atlas da Violência 2023, são ferramentas indispensáveis para compreender a magnitude do problema e direcionar esforços na criação de estratégias inclusivas e protetivas. É imprescindível que essas políticas estejam alinhadas aos princípios de equidade e justiça social, promovendo o fortalecimento de redes de apoio e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência.

A luta contra a violência, portanto, não é apenas uma questão de segurança, mas de dignidade humana. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve o poder público, organizações sociais e toda a sociedade. Apenas por meio da conscientização, da aplicação rigorosa de políticas inclusivas e da promoção de uma cultura de respeito e igualdade será possível combater efetivamente a violência e construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

TAXAS DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR SEXO E TIPO DE DEFICIÊNCIA – BRASIL (2021)



FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



10 A 19 ANOS

A maioria das notificações refere-se a pessoas dessa faixa etária. Além disso, o número de notificações de violência extrafamiliar/comunitária contra meninas e mulheres com deficiência (558) é mais que o triplo do número de notificações de casos contra meninos e homens (204), denotando que esse tipo de violência pode agregar fatores relacionados ao gênero.

Figura 2. Recorte da imagem original: Cena 2- Taxas de Notificações de violência contra pessoas com deficiência por sexo e tipo de deficiência.

Fonte: IPEA- Atlas 2023

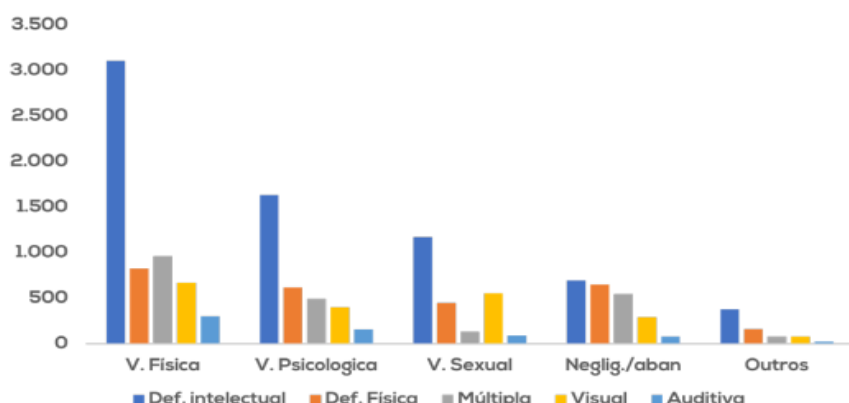
A violência, nas suas múltiplas manifestações, representa um grave problema social e de saúde pública, afetando de maneira transversal indivíduos e comunidades. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a violência é definida como o uso intencional da força física ou poder que pode resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência ou privação, evidenciando seu impacto devastador nas condições de vida das pessoas. A violência interpessoal, um dos seus desdobramentos, é especialmente preocupante, pois envolve a agressão direta a indivíduos, grupos ou comunidades, gerando consequências profundas, como sofrimento psicológico e subdesenvolvimento emocional.

Quando se considera o contexto das pessoas com deficiência, esse quadro torna-se ainda mais alarmante. Esse grupo enfrenta uma vulnerabilidade ampliada devido a fatores como a dependência de cuidadores, barreiras de comunicação e estigmas sociais profundamente enraizados. Conforme dados do Atlas da Violência 2023, as taxas de notificações de violência são especialmente altas entre mulheres com deficiência intelectual, indicando um cenário em que gênero e deficiência se cruzam para acentuar os riscos de violência.

A análise desse fenômeno evidencia a necessidade de medidas integradas e eficazes para enfrentar a violência contra pessoas com deficiência. É indispensável fortalecer políticas públicas que assegurem proteção, inclusão e acesso a direitos para essa população. Além disso, é fundamental ampliar a conscientização social para combater os estereótipos e preconceitos que perpetuam a violência e a exclusão. A luta contra a violência deve ser um esforço coletivo e contínuo, com a participação de diferentes setores da sociedade, a fim de promover uma convivência baseada no respeito à diversidade e na igualdade de oportunidades.

VIOLÊNCIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA E NATUREZA DA VIOLÊNCIA

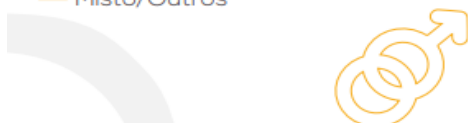
Grupos de violência por natureza são categorizados como: **física, psicológica (inclui financeira/econômica), sexual, negligência**, e outros, como tortura, tráfico de seres humanos, trabalho infantil, intervenção legal etc.



TIPO DE VIOLÊNCIA E AUTORES DA VIOLÊNCIA

Os grupos de violência que categorizam o contexto e a autoria da prática violenta realizada são:

- Violência doméstica ou familiar
- Violência extrafamiliar/comunitária
- Violência institucional
- Misto/Outros



A violência doméstica representa ao menos **50% do total de casos de violência**.

A categoria **deficiência física** acumula **65,4% dos registros de violência doméstica**, seguidas pelos grupos deficiência auditiva (59,6%) e deficiências múltiplas (58,8%).

Entre as **mulheres com deficiência física**, a **violência doméstica** representou **70,4% das notificações**.

Figura 3. Recorte da imagem original: Cena 3- Violência segundo o tipo de deficiência e natureza da violência.

Fonte: IPEA-Atlas 2023

A violência, conforme descrita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma manifestação intencional de força ou poder que afeta indivíduos, grupos e comunidades, gerando consequências devastadoras, como lesões físicas, danos psicológicos, subdesenvolvimento emocional e privação. Entre as diversas categorias de violência, destaca-se a violência interpessoal, que ocorre no contexto de relações cotidianas e frequentemente resulta em impactos profundos na saúde e no bem-estar social. Essa realidade evidencia a relevância da violência como um problema complexo e de grande alcance, que demanda atenção contínua e estratégias eficazes de enfrentamento.

No caso das pessoas com deficiência, o cenário é ainda mais preocupante. Dados do Atlas da Violência 2023 mostram que esse grupo é especialmente vulnerável a formas graves de violência, como a violência doméstica, que representa mais de 50% das notificações em vários casos.

Fatores como a dependência de cuidadores, barreiras de comunicação, estereótipos e estigmas contribuem para a ampliação dessa vulnerabilidade. A análise dos dados revela que mulheres com deficiência física estão particularmente expostas, com índices de violência doméstica alcançando 70,4% das notificações nesse grupo.

Esses números destacam a urgência de políticas públicas mais eficazes e ações integradas para a proteção das pessoas com deficiência. É indispensável promover medidas que assegurem o acesso a serviços de apoio, a disseminação de informações e a conscientização da sociedade sobre os direitos dessa população. Além disso, é necessário criar mecanismos de fiscalização e responsabilização para garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados.

Dessa forma, o enfrentamento da violência contra pessoas com deficiência requer um esforço coletivo que envolva o Estado, instituições, movimentos sociais e a sociedade em geral. Promover a inclusão, combater estigmas e fortalecer os direitos humanos são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos possam viver com dignidade e segurança.

2 SERVIÇO SOCIAL E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. De acordo com dados do IBGE, “cerca de 8,9% da população brasileira com 2 anos ou mais apresenta algum tipo de deficiência, totalizando aproximadamente 18,6 milhões de pessoas.” (IBGE, 2023)

A atuação dos assistentes sociais é essencial para garantir que essas pessoas tenham acesso a direitos básicos e possam participar plenamente da sociedade. Esse compromisso está alinhado com a Teoria dos Direitos Humanos, que enfatiza a dignidade e os direitos inalienáveis de todas as pessoas. Além disso, o Modelo Social da Deficiência propõe uma compreensão da deficiência não como um problema individual a ser tratado, mas como uma construção social. Segundo essa perspectiva, as barreiras físicas, sociais e

atitudinais são os verdadeiros obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência, desafiando a visão tradicional que frequentemente vê a deficiência apenas sob a ótica médica.

Apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda existem muitas barreiras que impedem a plena inclusão das pessoas com deficiência. Este trabalho busca identificar essas barreiras e propor soluções práticas. O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos assistentes sociais na promoção da inclusão das pessoas com deficiência, identificando desafios e propondo estratégias para a superação dessas barreiras.

A intervenção do Serviço Social junto à população com deficiência está ancorada no projeto ético-político da profissão, que orienta o exercício profissional pela defesa incondicional dos direitos humanos, pela valorização da dignidade da pessoa e pela busca constante pela justiça social, especialmente frente às múltiplas formas de exclusão que atingem esse grupo. Desde o Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro, construído especialmente a partir da década de 1990, a categoria profissional passou a assumir de forma mais clara a sua responsabilidade com os segmentos sociais historicamente marginalizados, entre eles as pessoas com deficiência. (CFESS, 2011)

A deficiência, historicamente, foi compreendida sob uma ótica biomédica, que reduz a condição da pessoa a um problema individual, a ser tratado ou corrigido. No entanto, nas últimas décadas, tem-se fortalecido a perspectiva social da deficiência, que entende que as barreiras impostas pelo meio (físicas, comunicacionais, atitudinais e sociais) são as principais responsáveis pela exclusão. O Serviço Social adota essa concepção crítica, compreendendo que a deficiência é, antes de tudo, uma questão de direitos e de cidadania (DINIZ, 2007).

A atuação do assistente social ocorre em diversos espaços: na saúde, educação, assistência social, sistema de justiça, entre outros. Em todos esses campos, o profissional é chamado a identificar situações de violação de direitos, promover acesso a políticas públicas, fortalecer vínculos familiares e comunitários e contribuir para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas por pessoas com deficiência, especialmente em contextos de pobreza e violência.

De acordo com Iamamoto (2008), a prática profissional deve estar alicerçada na totalidade da vida social, o que implica compreender a deficiência não como um fenômeno isolado, mas como parte de um sistema social excludente, que impõe obstáculos concretos à inclusão dessas pessoas. Assim, o trabalho do assistente social é também um trabalho educativo e político, voltado à transformação da realidade social.

Além disso, o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 2011) orienta o exercício profissional pela defesa intransigente dos direitos da pessoa com deficiência, o respeito à dignidade humana e o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito, inclusive aquele baseado na deficiência.

2.1 O Papel do Assistente Social Voltado para a Pessoa com Deficiência

O trabalho do assistente social ou trabalhador social é uma atividade fundamental no campo das relações sociais. Esse profissional atua junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidades e movimentos sociais, desenvolvendo ações que promovem a autonomia, a participação e o exercício da cidadania. Seu objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida e para a superação de situações de violência, desigualdade, opressão, pobreza e desemprego. Esses esforços são guiados pelos princípios fundamentais da defesa dos direitos humanos e da justiça social.

A formação do assistente social é alicerçada em valores que respeitam as diferenças e fortalecem as potencialidades dos sujeitos, sem discriminações. Para isso, o profissional deve possuir uma postura ética, sólida competência teórica e habilitação técnica. Essas características permitem que o/a assistente social exerça suas funções de maneira integrada, baseada em teorias e práticas orientadas pela defesa dos direitos humanos.

Os valores que norteiam o trabalho social são enraizados nos ideais de democracia e nos direitos humanos. Eles incluem o respeito à igualdade, à liberdade, à diversidade cultural e à equidade, além do enfrentamento das desigualdades e da eliminação de preconceitos de qualquer natureza. Esses valores também estão refletidos na promoção de instituições democráticas, no

fortalecimento dos movimentos sociais e na defesa de políticas econômicas que favoreçam o crescimento e a redistribuição de renda. O compromisso com a formação profissional de qualidade e a proposição de direitos sociais amplos e universais é igualmente enfatizado nos códigos de ética da profissão, tanto em nível nacional quanto internacional.

Do ponto de vista teórico, o trabalho social é fundamentado em um conjunto de conhecimentos teóricos e empíricos, obtidos por meio de investigações e da socialização de experiências. O profissional utiliza teorias sociais e econômicas que possibilitam a compreensão das complexas relações sociais e das condições de vida dos usuários. Essas teorias permitem que o/a assistente social analise e intervenha de maneira eficaz em situações de crise e emergência, além de trabalhar com indivíduos, famílias, grupos e comunidades.

Na prática, o trabalho social enfrenta barreiras, desigualdades e injustiças estruturais da sociedade. O assistente social atua na elaboração e execução de políticas e projetos sociais, presta orientações, administra benefícios e assessora diferentes órgãos e movimentos sociais. Além disso, realiza pesquisas, perícias, avaliações e estudos técnicos que servem de base para acesso a serviços e direitos sociais. Por meio dessas práticas, o/a assistente social contribui para a gestão de serviços comunitários e o fortalecimento de ações político-sociais, influenciando diretamente a política social e o desenvolvimento econômico.

A intervenção do assistente social é universal, porém suas prioridades variam conforme as condições culturais, históricas e socioeconômicas de cada local. Esse trabalho, que requer formação ética sólida e competência técnica, é essencial para a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. O fortalecimento das instituições democráticas e o compromisso com o desenvolvimento humano são os pilares dessa profissão, que luta pela transformação social e a garantia de direitos.

2.2 O Assistente Social Na Garantia De Direitos Da Pessoa Com Deficiência

A atuação dos Assistentes Sociais é fundamental na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, uma vez que esses profissionais enfrentam

desafios significativos em um contexto social e econômico adverso. Como mencionado no estudo, "o trabalho de Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, que atua na realidade social e busca responder às expressões da questão social através das políticas públicas, sofre as consequências do modelo social e econômico neoliberal." Isso destaca a importância de uma formação adequada e de uma atuação comprometida para lidar com as dificuldades enfrentadas por essa população.

Além disso, a construção de uma sociedade inclusiva depende do diálogo e da efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas com deficiência. Conforme ressaltado no documento, "o lema das pessoas com deficiência é 'Nada sobre nós sem nós' "(ONU, 2006), o que enfatiza a necessidade de se incluir essas vozes no processo de formulação de políticas. Para garantir que a população com deficiência tenha acesso a seus direitos, é crucial que haja uma colaboração entre profissionais de diversas áreas. O texto destaca que para que essa população acesse e usufrua desses direitos, a contribuição de profissionais da saúde e de outras áreas de conhecimento torna-se relevante na mediação e na contribuição para efetivação desse processo.

Dessa forma, a atuação dos Assistentes Sociais, apesar das dificuldades, é essencial para promover a inclusão e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, sendo necessário um esforço contínuo para ampliação do número de profissionais qualificados e para a implementação de políticas públicas eficazes. Os assistentes sociais exercem um papel fundamental na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência, atuando diante de desafios como a precarização dos serviços, a escassez de recursos e a necessidade constante de mobilização em defesa de políticas públicas (BENINI, 2022).

A deficiência intelectual é entendida como uma condição que envolve limitações tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo. Para uma definição mais completa, é fundamental considerar os contextos comunitários e culturais em que a pessoa está inserida.

Historicamente, as classificações da deficiência intelectual passaram por diversas mudanças. Um dos modelos mais relevantes é o da American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD), que adota uma abordagem funcional e multidimensional. Esse modelo destaca a

importância de oferecer apoios e adaptações sociais, reconhecendo que cada pessoa tem necessidades únicas.

Além disso, é essencial adotar uma perspectiva sociocultural na compreensão da deficiência intelectual. Isso significa levar em conta os fatores sociais e culturais que influenciam a vida do indivíduo, bem como sua subjetividade. A forma como a pessoa se relaciona com o mundo ao seu redor é crucial para entender sua experiência.

O modelo socioecológico sugere que a deficiência não é apenas uma característica da pessoa, mas sim resultado da interação dela com seu ambiente social. Criar condições favoráveis pode ser um caminho eficaz para promover o desenvolvimento e a participação social das pessoas com deficiência.

Quando se fala em educação e intervenção, é importante ir além de aspectos biológicos. Intervenções efetivas devem incorporar também elementos culturais e sociais que impactam o desenvolvimento do indivíduo. Isso implica reconhecer que as experiências de vida e as relações sociais desempenham um papel significativo na formação da identidade e nas oportunidades de aprendizado.

Por fim, a abordagem cultural destaca a subjetividade do indivíduo, enxergando-o como uma pessoa ativa e criativa. Cada um participa ativamente da construção de sua própria identidade e desenvolvimento, desafiando visões mais deterministas sobre a deficiência.

Esses pontos refletem uma visão ampla e integrada da deficiência intelectual, ressaltando a importância de intervenções que considerem a complexidade do ser humano dentro de seu contexto social e cultural. Conhecer essa realidade é essencial para promover ações eficazes e respeitosas em relação às pessoas com deficiência intelectual.

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, envolvendo habilidades conceituais, sociais e práticas. No entanto, a compreensão dessa condição deve considerar também os fatores sociais, culturais e ambientais que impactam o desenvolvimento do indivíduo, reconhecendo-o como sujeito ativo na construção da própria identidade e na luta por seus direitos (AAIDD, 2021; SASSAKI, 2012; IAMAMOTO, 2008).

O artigo "O Papel do Assistente Social na Luta dos Direitos de Pessoas com Deficiência" destaca de forma significativa a relevância da atuação desses profissionais na promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência (PCD). A abordagem central do texto é mostrar como os assistentes sociais desempenham um papel essencial na garantia do acesso aos direitos básicos dessa população, contribuindo para que possam viver de maneira digna e plenamente integrada na sociedade.

A luta pelos direitos das PCDs enfrenta inúmeros desafios, como a discriminação, a falta de acessibilidade e as dificuldades para acessar serviços essenciais. Nesse cenário, o trabalho dos assistentes sociais torna-se imprescindível, pois são eles que promovem a igualdade no atendimento, por meio da defesa de políticas públicas inclusivas e da criação de condições que garantam oportunidades iguais a todos os indivíduos.

Além disso, o atendimento humanizado, uma das prioridades dessa profissão, assegura que as PCDs sejam tratadas com dignidade e respeito, promovendo não apenas seu bem-estar físico, mas também sua autoestima e autonomia. A inclusão e a educação inclusiva, destacadas no artigo, são pilares fundamentais para a transformação social, pois garantem que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação de qualidade e a ambientes que fomentem sua participação ativa na sociedade.

Portanto, O Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com deficiência, representando 8,9% da população com idade igual ou superior a dois anos.

A atuação dos assistentes sociais é essencial para garantir que essas pessoas tenham acesso a direitos básicos e possam participar plenamente da sociedade. Esse compromisso está alinhado com a Teoria dos Direitos Humanos, que enfatiza a dignidade e os direitos inalienáveis de todas as pessoas. Além disso, o Modelo Social da Deficiência propõe uma compreensão da deficiência não como um problema individual a ser tratado, mas como uma construção social. Segundo essa perspectiva, as barreiras físicas, sociais e

atitudinais são os verdadeiros obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência, desafiando a visão tradicional que frequentemente vê a deficiência apenas sob a ótica médica.

Pessoas com deficiência enfrentam diversos desafios na sociedade, incluindo discriminação, falta de acessibilidade e dificuldades no acesso a serviços essenciais. Essas barreiras comprometem sua participação plena e efetiva na vida social, econômica e política. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência destaca que a deficiência resulta da interação entre impedimentos e barreiras que obstruem a participação plena na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

As pessoas com deficiência enfrentam inúmeros desafios e obstáculos na sociedade. O Serviço Social trabalha para prestar serviços igualitários e defender os direitos básicos dessas pessoas. A participação dos assistentes sociais é crucial para garantir que as pessoas com deficiência recebam atendimentos humanizados e tenham seus direitos assegurados. A inclusão e a educação inclusiva são temas centrais na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. (Andrade, 2023).

O Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção de serviços igualitários, assegurando que pessoas com deficiência tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os demais membros da sociedade. Isso inclui a atuação em políticas públicas que visam garantir a inclusão e a equidade, conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A participação dos assistentes sociais é crucial para garantir que pessoas com deficiência recebam atendimentos humanizados, respeitando sua dignidade e promovendo seu bem-estar. Isso envolve a escuta qualificada, o acolhimento e o desenvolvimento de estratégias que considerem as especificidades de cada indivíduo, promovendo sua autonomia e inclusão social.

A inclusão e a educação inclusiva são temas centrais na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. O assistente social atua na identificação e remoção de barreiras que impedem o acesso à educação de qualidade, colaborando com escolas e instituições para garantir ambientes inclusivos que promovam a participação plena de todos os indivíduos na sociedade.

Esses pontos ressaltam a importância do trabalho dos assistentes sociais na promoção da igualdade e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, assegurando que suas necessidades sejam atendidas de maneira justa e respeitosa.

3 PROMOVENDO INCLUSÃO E PROTEÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SORRI CAMPINAS

3.1 Uma Reflexão sobre a Vulnerabilidade e a Importância da Rede de Apoio na Prevenção da Violência

As pessoas com deficiência intelectual estão frequentemente inseridas em contextos de vulnerabilidade social, o que amplia sua exposição à violência e dificulta o acesso aos direitos. Nesse sentido, compreender o conceito de vulnerabilidade é fundamental para fundamentar as ações do Serviço Social.

Segundo Faleiros (2011), “a violência contra a pessoa com deficiência deve ser compreendida dentro das relações de poder e desigualdade estrutural, exigindo uma intervenção que vá além da dimensão técnica, assumindo também um posicionamento ético e político

No período de 03/2024 a 06/2025, foi realizado o estágio supervisionado em Serviço Social na SORRI Campinas, uma organização sem fins lucrativos dedicada à inclusão social de pessoas com deficiência. Durante esse período, foi possível acompanhar indivíduos com deficiência que foram vítimas de diversas formas de violência, incluindo física, psicológica e negligência.

Como estagiária, participei de reuniões com a equipe multidisciplinar da instituição, nas quais foram discutidos diversos casos de pessoas com deficiência intelectual em situação de vulnerabilidade ou violência. Esses momentos de escuta e diálogo com profissionais multidisciplinares permitiram compreender a complexidade das intervenções e a importância da atuação integrada para a construção de estratégias de apoio e proteção aos assistidos. Embora não tenha realizado atendimentos individualizados ou visitas domiciliares, a vivência prática e a observação desses processos contribuíram significativamente para minha formação crítica e compreensão da realidade social atendida.

Essa experiência proporcionou uma compreensão aprofundada sobre a vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência e a importância de uma rede de apoio integrada para sua proteção. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pessoas com deficiência enfrentam maior risco de sofrer violência devido a fatores como dependência e assimetria de

poder em relação a familiares e cuidadores, além de barreiras de comunicação, estereótipos e estigma social.

A atuação na SORRI Campinas permitiu aplicar conhecimentos teóricos na prática, desenvolvendo habilidades essenciais como escuta qualificada, elaboração de relatórios socioeconômicos e trabalho em equipe multidisciplinar. Além disso, contribuiu para a reflexão crítica sobre as políticas públicas voltadas para a proteção das pessoas com deficiência e a necessidade de ações preventivas e de conscientização para combater a violência nesse público.

3.2 A SORRI Campinas

A trajetória da SORRI CAMPINAS evidencia sua relevância no cenário da inclusão e capacitação de pessoas com deficiência. Iniciada como uma resposta à segregação de pessoas com hanseníase, a entidade evoluiu para atender diversas necessidades, tornando-se um marco no apoio a populações vulneráveis. Desde seus primeiros passos em 1976, com a fundação da SORRI em Bauru, até a criação da SORRI CAMPINAS em 1987, o comprometimento com a promoção da dignidade e da inclusão social esteve no centro de suas ações.

A fundação da SORRI CAMPINAS, mobilizada por uma comunidade engajada e pela Comissão Municipal de Integração do Deficiente, simboliza a união de esforços em prol da empregabilidade e capacitação de pessoas com deficiência. Seu crescimento estrutural e organizacional, marcado pela conquista de sua sede própria, reflete a determinação em superar desafios e oferecer um espaço adequado às demandas de seus usuários.

O trabalho realizado pela SORRI CAMPINAS vai além da prestação de serviços; é um modelo de transformação social. Desde as oficinas de capacitação profissional, que buscavam preparar os usuários para o mercado de trabalho, até o Projeto Arte e Cidadania, que alia habilidades artísticas à geração de renda, a entidade adapta suas iniciativas para atender às necessidades emergentes de seus participantes. Tal adaptabilidade demonstra um compromisso contínuo com a melhoria de práticas inclusivas.

Adicionalmente, a atuação integrada nas áreas de educação e assistência social assegura que os atendimentos sejam amplos e eficazes, promovendo a inclusão e autonomia dos usuários. O reconhecimento por meio de registros em Conselhos de Assistência Social e Direitos da Criança e do Adolescente reforça a legitimidade da entidade, permitindo que continue a receber recursos e a expandir suas ações.

Portanto, a SORRI CAMPINAS se destaca como uma referência no trabalho com pessoas com deficiência, promovendo inclusão, equidade e respeito. Sua história é uma inspiração para iniciativas que buscam construir uma sociedade mais justa e acessível para todos.

3.3 A Importância Da Ação Conjunta De Uma Equipe Multidisciplinar: Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social E Nutricionista

A atuação de uma equipe multidisciplinar é fundamental para atender as necessidades complexas de indivíduos em situações de vulnerabilidade. Quando profissionais como psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social e nutricionista se unem, eles criam uma rede de suporte que aborda não apenas os aspectos físicos, mas também emocionais e sociais da vida dos atendidos.

Para Iamamoto (2008), o trabalho coletivo entre diferentes profissionais potencializa a prática do assistente social, pois permite a articulação entre dimensões técnicas e ético-políticas da profissão. Essa articulação favorece uma abordagem mais ampla da realidade, que considera as múltiplas determinações sociais das expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos atendidos.

O psicólogo, por exemplo, desempenha um papel crucial no cuidado emocional. Ele realiza avaliações e intervenções que visam promover a saúde mental dos indivíduos, oferecendo suporte em momentos de crise e ajudando a desenvolver habilidades de enfrentamento. Ao trabalhar em conjunto com os outros profissionais, o psicólogo pode identificar como questões emocionais influenciam a alimentação ou as atividades diárias do paciente.

O terapeuta ocupacional (T.O.) foca na reabilitação e na promoção da autonomia do indivíduo. Ele utiliza atividades significativas para ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades necessárias para o dia a dia. Em

colaboração com o psicólogo, o T.O. pode criar um plano que não só melhore a funcionalidade física do paciente, mas também considere suas necessidades emocionais. Juntos, eles promovem um ambiente onde o indivíduo se sente apoiado em todas as suas dimensões.

O assistente social atua como um facilitador que conecta os indivíduos aos recursos disponíveis na comunidade. Ele identifica barreiras sociais e econômicas que podem impactar a saúde e o bem-estar do paciente. Trabalhando em conjunto com o psicólogo e o T.O., o assistente social pode assegurar que os pacientes tenham acesso aos serviços necessários, como atendimento psicológico ou atividades terapêuticas. Essa abordagem integrada é essencial para garantir que todas as necessidades do paciente sejam atendidas.

Por fim, o nutricionista desempenha um papel vital ao abordar a alimentação como parte do cuidado integral. Ele avalia as necessidades nutricionais do paciente e elabora planos alimentares que consideram não apenas a saúde física, mas também fatores culturais e emocionais relacionados à alimentação. Em colaboração com os outros membros da equipe, o nutricionista pode adaptar as orientações alimentares para apoiar tanto a saúde mental quanto as capacidades funcionais do indivíduo.

Juntos, esses profissionais formam uma equipe poderosa que promove uma abordagem holística ao cuidado. A troca constante de informações entre eles enriquece as intervenções e assegura que cada aspecto da vida do paciente seja considerado. Dessa forma, a equipe multidisciplinar não apenas melhora a qualidade do atendimento oferecido, mas também promove uma transformação significativa na vida dos indivíduos atendidos.

3.4 A Importância da Equipe Multidisciplinar: Cuidado Integral e Abordagem Holística (Abrangente)

O cuidado integral e a abordagem holística são princípios fundamentais na atuação profissional do assistente social, especialmente quando se trata da pessoa com deficiência intelectual. Isso significa compreender o sujeito em sua

totalidade — considerando suas dimensões física, emocional, social e cultural — e não apenas os aspectos biomédicos.

Conforme o CFESS (2011), a prática do Serviço Social deve estar comprometida com a garantia de direitos e com a construção de uma sociedade justa, o que exige intervenções que ultrapassem a fragmentação e promovam o cuidado como um processo contínuo, coletivo e interdisciplinar.

Nessa perspectiva, Iamamoto (2008) reforça que a atuação profissional deve articular teoria e prática, visando à transformação social, o que implica reconhecer o cuidado como expressão de responsabilidade coletiva e como componente da luta por equidade e justiça social.

Uma equipe multidisciplinar é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento que trabalham de forma integrada e colaborativa para atender as necessidades de indivíduos ou grupos em situações diversas, principalmente no campo da saúde, educação e assistência social. Cada membro da equipe contribui com sua expertise específica, mantendo uma visão complementar e abrangente sobre as questões abordadas. Essa diversidade de competências permite a construção de soluções mais eficazes e completas, respeitando a individualidade e as especificidades de cada caso.

O papel de uma equipe multidisciplinar é promover o cuidado integral, garantindo que todos os aspectos da vida do indivíduo ou grupo sejam considerados. No contexto da saúde, por exemplo, ela pode reunir médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais, entre outros profissionais. Juntos, eles desenvolvem planos de cuidado personalizados, que englobam desde a prevenção até o tratamento e a reabilitação. No âmbito educacional, uma equipe multidisciplinar pode envolver pedagogos, psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, buscando o desenvolvimento global dos alunos.

Os benefícios de uma equipe multidisciplinar são significativos. Primeiramente, ela promove uma abordagem holística, que considera não apenas os aspectos físicos, mas também os emocionais, sociais e ambientais. Isso leva a intervenções mais eficazes e humanizadas. Além disso, o trabalho conjunto estimula a troca de conhecimentos entre os profissionais, contribuindo para o aprimoramento contínuo das práticas. Outro benefício importante é a

otimização dos recursos, já que o planejamento integrado reduz redundâncias e evita desperdícios. Para os indivíduos atendidos, isso se traduz em maior qualidade no atendimento, com foco na resolução de suas necessidades de forma completa e adequada.

Portanto, a atuação de uma equipe multidisciplinar é essencial em cenários onde a complexidade das demandas exige diferentes perspectivas e competências. Sua abordagem colaborativa não apenas enriquece o trabalho dos profissionais envolvidos, mas também garante melhores resultados para os beneficiários, promovendo inclusão, equidade e cuidado humanizado. Essa forma de atuação reflete o compromisso com a construção de soluções sustentáveis e integradas para os desafios enfrentados pela sociedade.

3.5 Cuidado Integral: O Papel da Equipe Multidisciplinar na Vida da Pessoa com Deficiência

Quando se trata do trabalho de uma equipe multidisciplinar com pessoas com deficiência intelectual, é fundamental compreender a complexidade das necessidades desses indivíduos e a importância de uma abordagem integrada e personalizada. Nesse contexto, uma equipe multidisciplinar reúne profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, assistentes sociais, médicos, pedagogos e outros especialistas, que trabalham em conjunto para oferecer um cuidado integral e humanizado.

O papel dessa equipe vai além de atender às necessidades básicas; ele se estende à promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e funcional da pessoa com deficiência intelectual. Esses profissionais elaboram planos de intervenção individualizados, que consideram os desafios e as potencialidades de cada indivíduo, com o objetivo de fortalecer sua autonomia, participação na sociedade e qualidade de vida. Além disso, a equipe também atua como uma ponte entre o indivíduo, sua família e a comunidade, promovendo a conscientização e combatendo estigmas.

Os benefícios desse modelo de trabalho são amplos. A integração de diferentes áreas do conhecimento permite que as intervenções sejam mais efetivas e abrangentes, abordando tanto os aspectos clínicos quanto os sociais

e educacionais. Por exemplo, um fonoaudiólogo pode atuar no desenvolvimento da comunicação, enquanto um terapeuta ocupacional trabalha na melhoria das habilidades motoras e na realização das atividades diárias. O assistente social, por sua vez, pode auxiliar na orientação da família e no acesso a direitos e benefícios sociais. Esse esforço conjunto potencializa o desenvolvimento do indivíduo e reduz as barreiras enfrentadas por ele.

Portanto, a atuação de uma equipe multidisciplinar no atendimento a pessoas com deficiência intelectual é indispensável para garantir um cuidado holístico, focado na inclusão e no empoderamento. Essa abordagem integrada não apenas melhora as condições de vida desses indivíduos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

3.6 Violência e Direitos: Como a Equipe Multidisciplinar pode Transformar Vidas de Pessoas com Deficiência

Quando uma pessoa com deficiência, especialmente deficiência intelectual, se encontra em situação de violência ou violação de direitos, a atuação de uma equipe multidisciplinar torna-se crucial. Esse cenário exige uma abordagem integrada que combine o suporte técnico com a sensibilidade social, visando tanto à proteção da vítima quanto à garantia de seus direitos fundamentais.

As equipes multidisciplinares, compostas por profissionais como assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, advogados, e, dependendo do contexto, educadores, têm o papel de oferecer um atendimento holístico. Esses profissionais colaboram para avaliar a situação de violência, identificar as necessidades imediatas da pessoa com deficiência e planejar intervenções adequadas. A prioridade é garantir a segurança da vítima, por meio de ações como encaminhamentos a serviços de proteção, assistência jurídica, acolhimento institucional ou familiar e suporte emocional.

Um dos benefícios da atuação de uma equipe multidisciplinar é a possibilidade de trabalhar de maneira individualizada, levando em conta as limitações e as potencialidades do indivíduo. Além disso, essas equipes podem mediar diálogos com a família e a comunidade para promover a conscientização e combater estigmas e preconceitos que muitas vezes são fatores agravantes

da violência. Do ponto de vista jurídico, elas podem auxiliar na orientação quanto aos direitos da pessoa com deficiência, como os previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Essa abordagem integrada é fundamental para quebrar ciclos de violência, promovendo o empoderamento da pessoa com deficiência e fortalecendo sua autonomia. Além disso, as equipes multidisciplinares, por meio de ações coordenadas, ampliam o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, promovendo a inclusão e melhorando a qualidade de vida do indivíduo.

Portanto, em situações de violência ou violação de direitos, o trabalho de uma equipe multidisciplinar é indispensável para garantir a proteção e a dignidade da pessoa com deficiência, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa atuação representa um exemplo claro de como o trabalho conjunto entre diversas áreas do conhecimento pode transformar realidades de vulnerabilidade em oportunidades de fortalecimento e integração social.

Embora a atuação da equipe multidisciplinar represente um avanço no cuidado integral à pessoa com deficiência intelectual, a prática profissional está permeada por contradições e limites estruturais. Há carência de recursos humanos, ausência de formação contínua, burocracias institucionais e, muitas vezes, negligência no acompanhamento dos casos. O trabalho coletivo não é sempre harmonioso e a sobrecarga de demandas pode comprometer a qualidade do atendimento.

3.7 A importância da estagiária na articulação entre teoria e prática no Serviço Social (A AÇÃO DA ESTAGIÁRIA)

A atuação da estagiária ocorre, muitas vezes, em contextos institucionais que não estão preparados para acolher, orientar ou supervisionar de forma adequada o processo de formação. Essa realidade reflete uma precarização do estágio como espaço formativo, evidenciando o despreparo estrutural de muitas

instituições para oferecer experiências significativas e éticas aos futuros profissionais.

A ação da estagiária em Serviço Social assume um papel central no processo de formação e construção da identidade profissional, sendo um elo fundamental entre a teoria aprendida e a prática desenvolvida no campo.

Segundo Caputi (2016), a supervisão de estágio configura-se como um espaço pedagógico e político que permite à estagiária articular teoria e prática, promovendo uma formação crítica, reflexiva e comprometida com os princípios do projeto ético-político da profissão. Essa vivência contribui para a consolidação de uma identidade profissional transformadora, orientada pela ética, pelos direitos humanos e pela justiça social. Sob a supervisão de profissionais capacitados, a estagiária tem a oportunidade de se engajar em atividades que não apenas aplicam os princípios éticos e teóricos da profissão, mas também promovem a reflexão crítica sobre as demandas sociais e institucionais.

"O projeto de formação profissional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, acompanhada da denúncia dos efeitos deletérios da privatização do ensino superior". (Iamamoto, 2008, p. 194).

A supervisão de estágio, como destaca Leslie Caputi (2016), é um espaço pedagógico e político de aprendizado contínuo, onde a relação entre supervisores e estagiários vai além de um simples treinamento técnico. Esse processo permite uma troca de conhecimentos que contribui para a compreensão das complexas relações sociais e a intervenção profissional, sendo um momento significativo para o desenvolvimento de competências técnico-operativas e ético-políticas. Dessa forma, a estagiária não apenas observa, mas participa ativamente da análise e da construção de estratégias voltadas à transformação da realidade social.

Além disso, o estágio supervisionado insere a estagiária nos desafios concretos do exercício profissional, permitindo que ela compreenda as nuances do trabalho do assistente social em diferentes contextos. A prática supervisionada possibilita vivências enriquecedoras, onde a estagiária aprende a lidar com demandas variadas e a construir mediações entre as necessidades dos usuários e os direitos previstos nas políticas públicas. Esse processo, alinhado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, fomenta uma atuação crítica e comprometida com a justiça social e a igualdade.

Portanto, a ação da estagiária em Serviço Social não se limita à execução de tarefas, mas reflete um processo de aprendizado integral, que engloba a construção de competências técnicas, reflexões éticas e o compromisso com a transformação social. Essa vivência prepara a estagiária para contribuir de forma significativa com a profissão, reforçando sua responsabilidade como agente de mudança em uma sociedade marcada por desigualdades e desafios sociais.

Apesar das limitações vivenciadas quanto à participação em atividades práticas durante o estágio, foi possível adquirir novos conhecimentos acerca da rotina institucional e dos desafios enfrentados na área do Serviço Social. No entanto, observa-se que a ausência de oportunidades para aplicar esses conhecimentos de forma prática comprometeu a consolidação da aprendizagem, aspecto essencial para a formação profissional.

As expectativas iniciais eram de um estágio mais dinâmico e interativo, que proporcionasse a vivência de situações reais e o desenvolvimento de habilidades práticas. A carência dessas experiências gerou frustração, uma vez que o processo de aprendizagem no Serviço Social está intrinsecamente ligado à vivência prática.

O estágio, ainda assim, possibilitou uma compreensão mais clara de determinadas realidades do mercado de trabalho, especialmente no que se refere à importância da ética profissional e ao reconhecimento do papel formativo do estágio supervisionado. Embora as atividades tenham sido acompanhadas por um profissional da área, identificou-se um desvio no foco proposto para o estágio. Em diversas ocasiões, a atuação como estagiária foi substituída por uma escuta ativa direcionada a demandas externas, o que é incompatível com a proposta pedagógica do estágio e com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

Dessa forma, reforça-se a importância de respeitar o papel do estagiário como sujeito em formação, garantindo a ele experiências práticas qualificadas e orientações consistentes, a fim de promover uma aprendizagem significativa. Considera-se, portanto, que a experiência não foi plenamente aproveitada em seu potencial formativo, e espera-se que futuras gerações de estagiários tenham acesso a processos mais enriquecedores e condizentes com os princípios éticos e pedagógicos da profissão.

3.7.1 A Estagiária como Agente de Transformação em Equipes Multidisciplinares no Serviço Social

A atuação de uma estagiária no Serviço Social, em parceria com uma equipe multidisciplinar, é um exemplo claro de como o trabalho integrado e colaborativo pode promover mudanças significativas na vida dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Este processo não apenas enriquece a formação da estagiária, mas também amplifica os resultados do atendimento prestado pelos profissionais envolvidos.

A presença da estagiária na equipe multidisciplinar representa uma oportunidade de aprendizado prático e de troca de conhecimentos entre diferentes áreas, como saúde, educação, psicologia, e assistência social. Sob a supervisão de profissionais experientes, a estagiária pode participar de planejamentos, intervenções e avaliações, contribuindo com um olhar crítico e fresco pautado na formação teórica que acompanha seu processo educativo. Essa troca dialógica, como destacou Caputi (2016), proporciona um espaço contínuo de construção de conhecimentos, alinhado às bases ético-políticas do projeto profissional do Serviço Social.

Quando inserida em uma equipe multidisciplinar, a estagiária se depara com a complexidade das demandas apresentadas pelas pessoas atendidas, especialmente aquelas que envolvem violações de direitos ou vulnerabilidades sociais agravadas, como no caso de pessoas com deficiência ou em situação de violência. Nessas situações, o trabalho integrado possibilita uma análise ampliada, onde diferentes perspectivas enriquecem as estratégias de intervenção. Além disso, o diálogo com profissionais de outras áreas auxilia a estagiária a compreender a inter-relação entre os fatores sociais, econômicos, emocionais e físicos que impactam a vida dos indivíduos.

O papel da equipe multidisciplinar, fortalecido pela contribuição da estagiária, vai além de atender às necessidades imediatas dos usuários. Ele se estende à promoção da inclusão social, da autonomia e da dignidade das pessoas atendidas. A prática interdisciplinar, aliada à supervisão direta e ao planejamento integrado, garante que a assistência seja abrangente e

humanizada, focada tanto na resolução dos problemas apresentados quanto na capacitação para enfrentamento das adversidades.

Portanto, a ação da estagiária, inserida no contexto de uma equipe multidisciplinar, reflete a indissociabilidade entre teoria e prática no processo de formação e exercício profissional. Essa vivência não apenas qualifica sua formação acadêmica, mas também contribui para a consolidação de respostas coletivas e eficazes às demandas sociais. Assim, o estágio se reafirma como um espaço privilegiado de aprendizado, comprometido com a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária.

No contexto atual da assistência social e da saúde mental, os relatos de experiência se tornam ferramentas essenciais para compreender as complexas dinâmicas que envolvem indivíduos e suas redes de apoio. Através desses relatos, é possível não apenas identificar desafios, mas também vislumbrar caminhos para intervenções mais eficazes e humanizadas.

A vivência no estágio também proporcionou reflexões críticas sobre modelos de atuação que se repetem de forma tecnicista, descolados de uma escuta qualificada e de uma perspectiva ampliada de direitos. Embora a instituição tenha seu papel relevante, a estagiária pôde perceber que algumas práticas podem reproduzir estigmas, omitir responsabilidades institucionais ou minimizar a complexidade dos sujeitos atendidos. Cabe ao futuro assistente social manter um olhar atento, ético e transformador diante dessas situações.

4 RELATOS DE CASO: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Este capítulo apresenta cinco relatos de caso acompanhados durante o estágio supervisionado em Serviço Social na instituição SORRI Campinas, os quais envolvem pessoas com deficiência intelectual em situação de violência ou de extrema vulnerabilidade social. A escolha desses casos visa ilustrar, por meio de experiências concretas, os desafios enfrentados por essa população e a atuação do assistente social na garantia de seus direitos e na construção de estratégias de proteção e inclusão.

Os relatos foram elaborados com base na observação, participação em atendimentos, reuniões de equipe multidisciplinar e análise documental, sempre respeitando os princípios éticos da profissão. Para assegurar a privacidade e integridade dos indivíduos envolvidos, os nomes utilizados são fictícios, e as informações que pudessem identificar os participantes foram suprimidas ou alteradas, conforme as diretrizes do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

A exposição dos casos propõe não apenas descrever situações vivenciadas, mas também promover uma reflexão crítica sobre a prática profissional, os limites e possibilidades das políticas públicas e a importância da rede de apoio no enfrentamento da violência e na promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiência.

4.1 RELATO DE CASO – A HISTÓRIA DE SOL

A história de **Sol**, ora compartilhada, demonstra que, um estudo de caso que pode exemplificar as interações familiares e sociais que influenciam a trajetória de vida. A narrativa de **Sol** revela os desafios enfrentados ao longo do caminho, trazendo à tona questões cruciais sobre o papel do suporte social e as nuances das relações interpessoais na busca por bem-estar. Ao explorar sua experiência, esperamos contribuir para uma reflexão mais profunda sobre as práticas na assistência social e na saúde mental.

Sol é uma mulher de 32 anos que vive em um contexto familiar marcado por desafios significativos. Desde a infância, ela enfrentou diversas adversidades que moldaram sua trajetória. Crescendo em um ambiente onde a violência doméstica era recorrente, **Sol** vivenciou situações de abuso emocional e físico, tanto por parte de familiares quanto de seu genitor. Essa história de violência

não apenas impactou sua saúde mental, mas também afetou suas relações interpessoais e sua autoestima.

A situação familiar de **Sol** é complexa: ela mantém uma relação conturbada com seus pais, que frequentemente demonstram comportamentos desestabilizadores, dificultando a construção de um ambiente seguro e acolhedor. Além disso, a falta de suporte emocional e financeiro contribui para o agravamento de sua condição psicológica, levando-a a episódios de ansiedade e depressão.

Socialmente, **Sol** enfrenta um isolamento significativo. Suas amizades são limitadas, em parte devido ao estigma associado à sua situação e à dificuldade em confiar nas pessoas. Ela tem buscado serviços de assistência social e saúde mental, mas frequentemente se sente desamparada. Apesar dos esforços dos profissionais que a assistem, Simone relata que as intervenções nem sempre são adequadas às suas necessidades específicas, o que gera frustração e desmotivação.

O histórico familiar de **Sol** é um reflexo das violências sofridas ao longo da vida. A falta de diálogo e compreensão em sua casa contribuiu para um ciclo de dor que parece interminável. Sua relação com os serviços que a assistem é marcada por tentativas frustradas de encontrar apoio efetivo; muitas vezes, ela se sente como se estivesse lutando sozinha em meio a um sistema que não consegue atender às suas necessidades emocionais e sociais.

Através da compreensão da situação de **Sol**, podemos vislumbrar não apenas os desafios enfrentados por ela, mas também as oportunidades para intervenções mais empáticas e integradas nos serviços de assistência social e saúde mental.

4.1.1 Importância das Intervenções, Atividades terapêuticas e Serviços Comunitários no Processo de Recuperação

As intervenções realizadas pelo Centro Dia e outros serviços envolvidos, como o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), têm sido fundamentais no processo de recuperação e apoio a **Sol**. A equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros, tem buscado implementar uma

abordagem integrada que considera tanto as necessidades individuais de **Sol** quanto o contexto familiar em que ela está inserida.

No Centro Dia, **Sol** participa de atividades terapêuticas que visam promover sua autonomia e autoestima. As oficinas de arte, teatro e grupos de convivência têm proporcionado a ela um espaço seguro para expressar suas emoções e construir novas relações sociais. Essas atividades não apenas ajudam a aliviar os sintomas de ansiedade e depressão, mas também favorecem a socialização, reduzindo o isolamento que **Sol** frequentemente experimenta.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) também desempenha um papel crucial nas intervenções. A equipe tem realizado sessões regulares de terapia individual e em grupo, onde **Sol** pode compartilhar suas experiências e desafios em um ambiente acolhedor. As estratégias utilizadas incluem técnicas de manejo de crises, que têm sido fundamentais para lidar com os episódios mais intensos de angústia emocional. A equipe ensina a **Sol** formas de reconhecer os sinais de uma crise iminente e a desenvolver habilidades para enfrentá-las, como exercícios de respiração e técnicas de relaxamento.

Além disso, a prima que assumiu os cuidados de **Sol** tem recebido suporte contínuo da equipe técnica. Reconhecendo o peso emocional dessa responsabilidade, os profissionais do Centro Dia têm oferecido orientação e capacitação à prima, ajudando-a a entender melhor as necessidades de **Sol** e a estabelecer limites saudáveis. Reuniões regulares entre a prima e a equipe têm sido realizadas para discutir o progresso de **Sol** e ajustar as estratégias conforme necessário.

As intervenções também incluem um trabalho conjunto com outros serviços comunitários, buscando fortalecer a rede de apoio ao redor de **Sol**. A equipe técnica tem incentivado a participação da prima em grupos de apoio para familiares, onde ela pode compartilhar experiências e encontrar suporte emocional junto a outras pessoas que enfrentam desafios semelhantes.

Em suma, as intervenções realizadas pelo Centro Dia e pelo Caps refletem uma abordagem holística que considera tanto as necessidades individuais de **Sol** quanto o papel da família em seu processo de recuperação. Essa colaboração entre os serviços é essencial para promover um ambiente mais favorável ao bem-estar emocional e social de **Sol**.

As intervenções realizadas pelo Centro Dia e outros serviços envolvidos, como o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), têm sido fundamentais no processo de recuperação e apoio a **Sol**. A equipe técnica, composta por psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros, tem buscado implementar uma abordagem integrada que considera tanto as necessidades individuais de **Sol** quanto o contexto familiar em que ela está inserida.

No Centro Dia, **Sol** participa de atividades terapêuticas que visam promover sua autonomia e autoestima. As oficinas de arte, teatro e grupos de convivência têm proporcionado a ela um espaço seguro para expressar suas emoções e construir novas relações sociais. Essas atividades não apenas ajudam a aliviar os sintomas de ansiedade e depressão, mas também favorecem a socialização, reduzindo o isolamento que **Sol** frequentemente experimenta.

O Caps também desempenha um papel crucial nas intervenções. A equipe tem realizado sessões regulares de terapia individual e em grupo, onde **Sol** pode compartilhar suas experiências e desafios em um ambiente acolhedor. As estratégias utilizadas incluem técnicas de manejo de crises, que têm sido fundamentais para lidar com os episódios mais intensos de angústia emocional. A equipe ensina a **Sol** formas de reconhecer os sinais de uma crise iminente e a desenvolver habilidades para enfrentá-las, como exercícios de respiração e técnicas de relaxamento.

4.1.2 Função Protetiva da Família

Além disso, a prima que assumiu os cuidados de **Sol** tem recebido suporte contínuo da equipe técnica. Reconhecendo o peso emocional dessa responsabilidade, os profissionais do Centro Dia têm oferecido orientação e capacitação à prima, ajudando-a a entender melhor as necessidades de **Sol** e a estabelecer limites saudáveis. Reuniões regulares entre a prima e a equipe têm sido realizadas para discutir o progresso de **Sol** e ajustar as estratégias conforme necessário.

As intervenções também incluem um trabalho conjunto com outros serviços da Rede, buscando fortalecer a rede de apoio ao redor de **Sol**. A equipe técnica tem incentivado a participação da prima em grupos de apoio para

familiares, onde ela pode compartilhar experiências e encontrar suporte emocional junto a outras pessoas que enfrentam desafios semelhantes.

Em suma, as intervenções realizadas pelo Centro Dia e pelo Caps refletem uma abordagem holística que considera tanto as necessidades individuais de **Sol** quanto o papel da família em seu processo de recuperação. Essa colaboração entre os serviços é essencial para promover um ambiente mais favorável ao bem-estar emocional e social de **Sol**.

O caso de **Sol** ilustra de maneira contundente a função protetiva da família, conforme estabelecido na legislação brasileira, especialmente no Código Civil e na Constituição Federal. Esses documentos reconhecem a família como um núcleo essencial para a proteção dos seus membros, promovendo direitos fundamentais e assegurando um ambiente seguro e saudável.

*“O *Código Civil*, em seu artigo 1.511, estabelece que “a família é o núcleo fundamental da sociedade” e que os membros devem se apoiar mutuamente. A Constituição Federal, por sua vez, no artigo 227, afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à educação, à cultura, ao respeito, à dignidade e à liberdade.” (BRASIL, 1988)*

No entanto, no caso de **Sol**, essa função protetiva não está sendo cumprida de maneira eficaz.

As vulnerabilidades identificadas na vida de **Sol** têm um impacto direto em sua qualidade de vida e na eficácia das intervenções realizadas. A dinâmica familiar complicada e a exploração financeira a deixam em uma posição de fragilidade emocional e econômica. Essa situação não apenas prejudica seu bem-estar imediato, mas também compromete sua capacidade de se beneficiar plenamente das intervenções terapêuticas e sociais disponíveis.

A falta de apoio emocional adequado por parte da prima e a presença do pai como uma figura ameaçadora criam um ambiente instável que dificulta o processo de recuperação. Em vez de encontrar segurança no seio familiar, **Sol** se vê cercada por conflitos que alimentam sua insegurança e ansiedade. Essa realidade contrasta com o ideal estabelecido pela legislação brasileira sobre o papel da família como protetora.

Além disso, as intervenções que buscam ajudar **Sol** podem ser menos eficazes se não considerarem essas vulnerabilidades subjacentes. Por exemplo,

sessões terapêuticas podem ser menos produtivas se ela não estiver em um ambiente onde se sinta segura e apoiada. A exploração financeira também limita suas opções de acesso a serviços essenciais que poderiam melhorar sua qualidade de vida.

Portanto, é crucial que as intervenções sejam adaptadas para abordar essas vulnerabilidades específicas. Isso inclui trabalhar não apenas com **Sol**, mas também com sua prima e outros membros da família para promover um ambiente mais colaborativo e saudável. A assistência jurídica pode ser fundamental nesse processo, assegurando que os direitos de Simone sejam respeitados e protegidos.

Em suma, o caso de **Sol** ressalta a importância da função protetiva da família conforme previsto na legislação brasileira. Para que essa função seja efetiva na prática, é necessário considerar as vulnerabilidades enfrentadas por seus membros e garantir que todas as intervenções sejam holísticas e integradas.

4.1.3 Conclusões e Aprendizados

A experiência vivida por **Sol** nos ensina muito sobre a complexidade das relações familiares e a importância do suporte contínuo para a manutenção de vínculos saudáveis. Ao analisarmos seu caso, fica claro que as vulnerabilidades que ela enfrenta não são apenas pessoais, mas também refletivas de dinâmicas familiares mais amplas que podem impactar negativamente a qualidade de vida de todos os envolvidos.

O aprendizado adquirido com essa experiência nos lembra da necessidade urgente de intervenções que não apenas tratem os sintomas das dificuldades enfrentadas, mas que também abordem as raízes dessas questões. O apoio contínuo à família é fundamental para prevenir rupturas nos vínculos e garantir um ambiente mais seguro e acolhedor para **Sol**. Isso envolve não apenas o fortalecimento das relações familiares, mas também a inclusão de recursos externos, como assistência social e apoio psicológico, que podem ajudar a construir um espaço mais positivo e funcional.

Além disso, é essencial que haja um compromisso coletivo — da família, da sociedade e do Estado — em garantir que os direitos de todos os membros sejam respeitados e protegidos. Somente assim poderemos criar um ambiente propício ao desenvolvimento saudável e à recuperação emocional de indivíduos como **Sol**.

Este caso ilustra a interconexão entre as vulnerabilidades individuais e as dinâmicas familiares, destacando a importância de uma abordagem holística nas intervenções sociais. O fortalecimento dos laços familiares e o apoio contínuo são chaves para promover um futuro mais seguro e esperançoso para **Sol** e sua família.

Na conclusão sobre a trajetória de **Sol**, é fundamental destacar as mudanças significativas que ocorreram desde sua chegada ao Centro Dia para Pessoas com Deficiência Intelectual. Inicialmente, **Sol** enfrentava diversas dificuldades, incluindo problemas de fala e comportamentos agressivos, resultado de uma situação traumática que envolvia abuso sexual por parte de seu genitor.

Apesar das sequelas dessa vivência, podemos afirmar que, ao longo dos últimos 10 anos, **Sol** apresentou uma evolução notável. Hoje, ela demonstra um maior controle sobre suas reações agressivas e é capaz de reconhecer esses momentos. Além disso, houve um avanço significativo em sua comunicação: ao chegar ao centro, **Sol** não se expressava verbalmente; atualmente, consegue falar seu nome e engajar em trocas comunicativas. Ela também aprendeu a identificar quando está prestes a entrar em crise.

Essas conquistas são fruto do trabalho coletivo da equipe multidisciplinar composta pela assistente social, terapeuta ocupacional, psicóloga e nutricionista. O suporte e as intervenções adequadas oferecidas por esses profissionais no ambiente do Centro Dia foram essenciais para o desenvolvimento pessoal de **Sol**.

4.2 RELATO DE CASO – A HISTÓRIA DE CÉSAR E AUGUSTO

O presente estudo de caso analisa a trajetória de **Cesar e Augusto**, dois irmãos com deficiência intelectual (CID F71.1), acompanhados pelo *Centro Dia* desde 2018. A história desses indivíduos evidencia desafios relacionados à inclusão social, violência familiar e acesso a serviços de saúde. A abordagem teórica utilizada fundamenta-se no “*Modelo Social da Deficiência*” (DINIZ, p.13, 2007) e na “*Teoria dos Direitos Humanos*” (IAMAMOTO, 2008), buscando compreender a interseção entre deficiência, vulnerabilidade e políticas públicas.

4.2.1 Contexto Familiar e Social

Cesar e Augusto vivem com seus pais idosos na cidade de Campinas - SP, sendo originários do estado do Piauí. A família enfrenta dificuldades na administração da medicação, no manejo da agressividade dos filhos e no acesso à saúde mental. O histórico de violência doméstica, evidenciado pelas agressões contra a mãe, foi um dos fatores que levaram ao encaminhamento dos irmãos ao *Centro Dia* pelo CREAS.

Segundo *Benini (2022)*, o Serviço Social desempenha um papel essencial na proteção de pessoas em vulnerabilidade, promovendo redes de apoio e intervenções para garantir seus direitos fundamentais. No caso de **César e Augusto**, a falta de escolarização, histórico de violência e ausência de acompanhamento médico especializado agravam sua situação, tornando necessária uma abordagem multidisciplinar.

4.2.2 Desafios e Intervenções Realizadas

O trabalho da equipe multidisciplinar no *Centro Dia* foi crucial para a melhora da dinâmica familiar e o cuidado com os irmãos. As principais intervenções incluem:

Organização dos cuidados familiares – reuniões com os familiares para estabelecer rotinas de acompanhamento.

Encaminhamento à saúde mental – após resistência inicial dos médicos, foi possível garantir atendimento presencial e adaptação da medicação para injetável.

Manejo da agressividade – estratégias foram discutidas para reduzir episódios violentos e estabelecer limites.

“A *Lei Brasileira de Inclusão* (Lei nº 13.146/2015) garante proteção às pessoas com deficiência contra violência e negligência, destacando a importância da rede de apoio para sua inclusão social.” (BRASIL, 2015)

4.2.3 Resultados e Reflexões

Com a intervenção do *Centro Dia*, as irmãs passaram a se organizar e dividir os cuidados de **Cesar e Augusto**, reduzindo a sobrecarga dos pais idosos. O encaminhamento aos serviços de saúde mental garantiu um atendimento mais adequado, evitando que os irmãos ficassem sem acompanhamento médico por longos períodos.

Segundo *Faleiros (2011)*, “a violência contra pessoas com deficiência deve ser compreendida dentro das relações de poder e desigualdade estrutural, exigindo intervenção social além da dimensão técnica”. Neste caso, as ações implementadas foram fundamentais para minimizar os impactos da violência e proporcionar maior estabilidade à família.

A trajetória de **Cesar e Augusto** revela a importância do Serviço Social na articulação de cuidados para pessoas com deficiência intelectual em situação de vulnerabilidade. O estudo reforça a necessidade de um trabalho contínuo e integrado entre assistência social, saúde e família para garantir a proteção dos direitos dessa população.

4.3 RELATO DE CASO - A HISTÓRIA DE JASMIM: Vulnerabilidade Social e Acolhimento

Este relato de caso analisa a trajetória de **Jasmim**, que iniciou atendimento no **Centro Dia em 16/05/2023** devido a **negligência, abandono e violência psicológica**. A partir desse relato, estruturamos um **estudo de caso**, considerando os desafios enfrentados pela família e o papel do **Serviço Social** na proteção dos direitos e no encaminhamento para políticas de acolhimento.

4.3.1 Contexto Familiar e Histórico

Jasmim tem **quatro irmãos**: Adriana (falecida), Eduardo e Tainá (também falecida). Ele reside na casa dos pais já falecidos com Eduardo, sua irmã e dois sobrinhos. Sua infância foi marcada por um **ambiente familiar violento**, pois seu pai era agressivo e tinha um relacionamento instável com sua mãe.

O pai, que trabalhava na **construção civil sem vínculo com o INSS**, faleceu em **1995**, em um acidente de carro que também deixou sua esposa com fraturas e uma filha paraplégica. A mãe de Jasmim trabalhava em uma lavanderia de creche da prefeitura de Campinas e acompanhava sua saúde até que sua própria condição começou a deteriorar.

A falta de suporte familiar levou Jasmim a aprender a se locomover **sozinho** por orientação materna, sem auxílio. Seu atendimento começou no antigo **Álvaro Ribeiro**, sendo posteriormente encaminhado para a **Unicamp**, que hoje é sua principal referência médica.

4.3.2 Situação Atual e Riscos

Jasmim vive em um ambiente de **fragilidade social**:

- ✓ **Exposição ao risco e abandono**: Passa muito tempo nas ruas, pedindo dinheiro e comida, sem supervisão adequada.
- ✓ **Conflitos familiares**: Sua irmã **Tainá relata dificuldades na convivência**, mencionando que Jasmim traz riscos à família e que nunca teve limites.

- ✓ **Histórico criminal na família:** Eduardo, seu irmão, cumpriu pena por dois anos, e Tainá também teve passagem pela polícia devido ao envolvimento do marido com o tráfico.
- ✓ **Dificuldade em garantir direitos:** A família não providenciou a documentação necessária para sua **curatela**, impedindo o acesso à **pensão por morte da mãe**.
- ✓ **Pedido de acolhimento institucional:** Tainá solicitou vaga em uma **residência inclusiva** para Jasmim, devido às dificuldades na convivência.

A equipe técnica do **Centro Dia** acompanha Jasmim nos **exames e consultas**, além de articular estratégias para melhorar sua **qualidade de vida e autonomia**.

4.3.3 Papel do Serviço Social

O **Serviço Social** atua em diversos eixos para garantir os direitos de Jasmim e minimizar os impactos da vulnerabilidade social:

- **Encaminhamento para residência inclusiva**
A solicitação foi feita para garantir um ambiente mais seguro e estruturado para Jasmim. O Serviço Social monitora essa solicitação e busca alternativas enquanto aguarda a disponibilidade da vaga.
- **Organização da rotina e autonomia**
O Centro Dia auxilia Jasmim a estabelecer uma rotina estruturada, promovendo **atividades domésticas, orientação nutricional**, e o desenvolvimento de habilidades para melhorar sua qualidade de vida.
- **Mediação e acompanhamento familiar**
O Serviço Social trabalha para fortalecer o vínculo familiar e sensibilizar os responsáveis sobre a importância da curatela para garantir o acesso à pensão por morte.
- **Orientação para acesso a benefícios**
Diante da resistência da família, a equipe de Serviço Social mantém o acompanhamento próximo para **facilitar o acesso a direitos**, como o **passage gratuito**, a pensão e benefícios sociais.
- **Monitoramento da saúde**
A equipe de **saúde de referência** acompanha a medicação mensalmente e monitora **riscos nutricionais**, garantindo que Jasmim tenha suporte contínuo.

4.3.4 Considerações Finais

O caso de Jasmim reflete **os desafios enfrentados por pessoas em vulnerabilidade social**, onde **a fragilidade do suporte familiar e a falta de acesso a direitos** tornam urgente uma **intervenção intersetorial**.

O **Serviço Social** desempenha um papel essencial na garantia da **proteção, autonomia e inclusão** de Jasmim, atuando na **conscientização familiar**, no **acesso a benefícios**, e na busca por um acolhimento institucional adequado.

Enquanto a vaga na **residência inclusiva** não é concedida, é fundamental que o Serviço Social continue **monitorando sua saúde, rotina e segurança**, buscando **alternativas de suporte comunitário** para garantir sua qualidade de vida.

4.4 RELATO DE CASO - CAMÉLIA: Vulnerabilidade Familiar e Saúde Mental

Este estudo de caso analisa a situação de **Camélia**, uma mulher diagnosticada com **síndrome de Tourette (F95.2) e retardo mental leve (F70)**, encaminhada ao **Centro Dia pelo CAPS Esperança** devido à violência física e psicológica sofrida. A abordagem considera os desafios enfrentados por Camélia e sua família, além do papel do **Serviço Social** na proteção de seus direitos e busca por estratégias de intervenção eficazes.

4.4.1 Contexto Familiar e Social

Camélia reside com seus pais e seu irmão, que também tem **síndrome de Tourette**. Criados pelos **avós paternos**, Camélia e o irmão passaram a maior parte da infância sob cuidado dos avós, pois os pais priorizavam suas vidas sociais, negligenciando suas responsabilidades parentais.

A mãe de **Dona Rosa**, enfrentou um **câncer de mama**, vindo a falecer posteriormente. Após sua morte, Camélia permaneceu na casa dos pais, uma propriedade **hereditária sem regularização judicial**.

A dinâmica familiar é **instável**, permeada por **exclusões sociais e conflitos internos**. Um dos fatores de tensão é a **não aceitação da orientação sexual do irmão Ronaldo** pela mãe, resultando em **agressões físicas e**

psicológicas, impactando diretamente **o comportamento e a saúde mental de Camélia**.

Atualmente, **Dona Rosa enfrenta um diagnóstico de neoplasia mamária com metástase pulmonar**, sem apoio adequado dos familiares. Essa situação intensifica sua **negligência consigo mesma e com Camélia**, que **não está sendo medicada corretamente**, nem comparecendo às consultas médicas devido à falta de comprometimento da mãe.

4.4.2 Situação Atual e Riscos

- **Violência e negligência familiar:** Exposição contínua ao abandono emocional e físico.
- **Dificuldade no acesso ao tratamento médico:** A mãe não acompanha Camélia nas consultas e não administra corretamente sua medicação.
- **Exclusão social e vulnerabilidade:** A ausência de uma rede de apoio amplia o impacto da violência psicológica e das barreiras no tratamento.
- **Desestruturação familiar:** Conflitos internos dificultam qualquer tentativa de organização da rotina.

4.4.3 Papel do Serviço Social

O **Serviço Social** desempenha um papel central na mediação dos conflitos familiares e na **garantia dos direitos** de Camélia. As principais ações incluem:

- ✓ **Encaminhamento para suporte médico adequado**
O Centro Dia acompanha e organiza consultas médicas para Camélia, buscando reverter a negligência no tratamento.
- ✓ **Promoção da rotina estruturada**
A equipe do Centro Dia auxilia na organização da residência, permitindo que Camélia tenha um ambiente mais seguro e estruturado.
- ✓ **Intervenção na violência familiar**
Foi realizada mediação entre os familiares, destacando a importância da aceitação da diversidade e do respeito mútuo.
- ✓ **Encaminhamento para apoio jurídico**
A regularização da propriedade da família pode ser essencial para garantir maior estabilidade a Camélia no futuro.

- ✓ **Educação e orientação para a família**
O Serviço Social trabalha na conscientização sobre os impactos da negligência e na **revalorização da inclusão social** para Camélia e seu irmão.

4.4.4 Considerações Finais

O caso de Camélia destaca a **urgência da atuação intersetorial**, envolvendo **assistência social, saúde e suporte jurídico**.

A equipe do **Centro Dia** desempenha um papel essencial na **estruturação de um ambiente mais seguro** e na **educação familiar** para evitar a perpetuação da violência e da negligência.

A continuidade do **acompanhamento psicológico, psiquiátrico e social** será fundamental para garantir a autonomia e o bem-estar de Camélia.

4.5 RELATO DE CASO: VIOLETA – Violência Familiar, Deficiência e Identidade de Gênero

Este estudo de caso analisa a situação de **Violeta**, uma pessoa com **Síndrome de Usher**, que causa **deficiência visual e auditiva**, e que enfrenta **violência familiar intensa**, além de estar em processo de **transição de gênero**. A análise considera os desafios enfrentados por Violeta e sua família, bem como o papel do **Serviço Social** na garantia de direitos e na busca por soluções para minimizar os impactos da vulnerabilidade social.

4.5.1 Contexto Familiar e Social

Violeta reside com sua mãe e dois irmãos, **Pedro**, que também tem a mesma síndrome, e **Jairo**, que não possui deficiência. A família tem uma renda relativamente alta, proveniente das aposentadorias de Violeta, Evandro e da mãe, além do trabalho autônomo de Jairo como contador.

Apesar da estabilidade financeira, o ambiente familiar é marcado por **violência física e psicológica**, com constantes agressões entre os irmãos. José, que assumiu o papel de cuidador da família após a morte do pai, **não consegue lidar com as necessidades dos irmãos**, especialmente com o comportamento agressivo de Violeta.

Fatores principais:

- ✓ **Histórico de violência familiar:** O pai era agressivo e alcoolista, e a mãe sempre foi submissa.
- ✓ **Falta de suporte externo:** A família não tem parentes próximos que ofereçam apoio.
- ✓ **Exposição à violência:** Os conflitos dentro da casa são tão intensos que até profissionais de assistência domiciliar foram agredidos
- ✓ **Negação da deficiência:** Jairo acredita que o comportamento de Violeta não está relacionado à sua condição, mas sim à "sem-vergonhice".

4.5.2 Saúde e Identidade de Gênero

Violeta está em **processo de transição de gênero**, sendo acompanhada pelo **ambulatório municipal LGBT+**, onde recebe suporte psicológico e orientação sobre hormonização. No entanto, sua **agressividade e instabilidade emocional** levantam preocupações sobre os efeitos dos hormônios em seu comportamento.

Aspectos críticos de saúde:

- **Mudança de psiquiatra:** O profissional anterior recusou continuar o atendimento, exigindo um novo acompanhamento.
- **Uso de medicação psiquiátrica:** O novo psiquiatra optou por não alterar a medicação no momento, solicitando reavaliação em dois meses.
- **Impacto da hormonização:** O ambulatório LGBT+ considera que a transição pode continuar, mas recomenda que a violência familiar seja reduzida primeiro.

4.5.3 Papel do Serviço Social

O **Serviço Social** desempenha um papel fundamental na mediação dos conflitos familiares e na garantia dos direitos de Violeta. As principais ações incluem:

- **Encaminhamento para acompanhamento psicológico e psiquiátrico**
O Serviço Social garantiu a troca de psiquiatra e acompanha Violeta nas consultas, buscando um atendimento mais adequado às suas necessidades.

- **Orientação sobre identidade de gênero e direitos**
Foi realizada uma reunião com o **CAIS** e o ambulatório LGBTQ+ para discutir a viabilidade da transição de Violeta, garantindo que seus direitos sejam respeitados.
- **Intervenção na violência familiar**
O Serviço Social está promovendo **visitas domiciliares** em parceria com o **CAIS**, buscando estratégias para reduzir os conflitos dentro da casa.
- **Educação para a família sobre deficiência**
Jairo precisa compreender que o comportamento de Violeta está diretamente ligado à sua deficiência e não apenas a questões de personalidade. O Serviço Social está trabalhando na **conscientização** sobre essa relação.
- **Encaminhamento para suporte jurídico**
Caso a violência continue, pode ser necessário um **encaminhamento para medidas protetivas**, garantindo um ambiente mais seguro para Violeta.

4.5.4 Considerações Finais

O caso de Violeta evidencia a **complexidade das interações entre deficiência, violência familiar e identidade de gênero**. O Serviço Social tem um papel essencial na **mediação dos conflitos**, no **encaminhamento para serviços especializados** e na **educação da família sobre os direitos de Violeta**.

A continuidade do acompanhamento psicológico e psiquiátrico, aliada à **redução da violência doméstica**, é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de Violeta e dos demais membros da família.

5 ANÁLISE DOS RELATOS DE CASO

A análise dos relatos de caso apresentados neste trabalho permitiu refletir sobre a realidade vivenciada por pessoas com deficiência intelectual em contextos de violência e vulnerabilidade social. A partir das histórias acompanhadas durante o estágio supervisionado na SORRI Campinas, foi possível perceber que o cuidado familiar, embora fundamental, muitas vezes se dá de forma solitária, sem o respaldo adequado da rede de proteção social.

As famílias, especialmente as mulheres cuidadoras, enfrentam sobrecarga física e emocional diante da responsabilidade de zelar por pessoas com deficiência. Muitas vezes, esse cuidado é invisibilizado, sendo compreendido apenas como uma obrigação moral ou doméstica, desconsiderando sua dimensão política e social. Essa invisibilidade fragiliza ainda mais os vínculos familiares, gerando desgastes emocionais e, em casos mais graves, situações de negligência ou abandono.

Como afirmam Godoi et al. (2022), o cuidado familiar é atravessado por questões de gênero, classe e raça, revelando desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade e impactam diretamente as condições de vida das cuidadoras e das pessoas com deficiência sob seus cuidados. **Nesse sentido, os autores destacam que “o cuidado familiar é um trabalho invisibilizado que recai predominantemente sobre mulheres pobres, configurando uma sobrecarga tripla: de gênero, classe e raça”** (GODOI et al., 2022, p. 263).

Tais fatores reforçam a urgência de políticas públicas que reconheçam e valorizem esse trabalho essencial para a manutenção da vida e para a garantia de direitos (FALEIROS, 2011; BRASIL, 2015).

Corroborando essa análise, dados do IBGE (2022) revelam que 78% dos cuidadores informais são mulheres, sendo 64% negras e 43% com renda inferior a dois salários-mínimos, evidenciando a feminização e a racialização do cuidado no Brasil.

Essa afirmação se confirma nos relatos, nos quais o trabalho do cuidador aparece como uma constante, porém pouco reconhecido e, em muitos casos, assumido com sofrimento e ausência de apoio. A atuação do Serviço Social, nesse contexto, se mostrou essencial não apenas na escuta e no acolhimento, mas também na mediação entre a família e os recursos existentes. Por meio de orientações, encaminhamentos e construção de vínculos, o assistente social contribui para fortalecer os laços familiares e garantir que os direitos das pessoas com deficiência não sejam negligenciados.

Durante o estágio, foi possível observar que o trabalho interdisciplinar é um recurso potente para romper com o isolamento e criar estratégias de cuidado coletivo. A articulação entre profissionais da assistência social, psicologia, terapia ocupacional e nutrição proporcionou intervenções mais efetivas e humanizadas, centradas nas singularidades de cada caso.

O cuidado familiar de pessoas em situação de vulnerabilidade, como discutido no artigo "**Entre a dor e o amor: reflexões acerca do cuidado familiar de PcD**", apresenta desafios profundos que vão além dos laços afetivos, envolvendo sobrecarga emocional, desigualdades e falta de reconhecimento por parte das políticas públicas. (Godoi *et al.*, 2022)

Na maioria dos casos, a família assume o papel central no cuidado, o que pode gerar um ambiente de acolhimento e proteção, mas também de **exclusão e tensão**. Essa responsabilidade recai, muitas vezes, sobre **as mulheres**, que se tornam as principais cuidadoras, sem o devido suporte governamental ou comunitário. Essa sobrecarga afeta tanto sua saúde física quanto emocional, demonstrando que o cuidado familiar não é apenas um ato de amor, mas também um fator de vulnerabilidade social.

Outro aspecto fundamental abordado no artigo é a **invisibilização do cuidado**. Na sociedade, o trabalho realizado pelos cuidadores familiares é frequentemente desvalorizado e naturalizado como uma obrigação pessoal, sem reconhecimento formal. Isso resulta em dificuldades no acesso a benefícios e à proteção social, tornando o cuidado uma carga individualizada e pouco distribuída entre família, Estado e sociedade.

Diante desse cenário, o **Serviço Social** desempenha um papel crucial na tentativa de reverter essa sobrecarga, garantindo que o cuidado seja tratado como um direito e não apenas como um dever familiar. A atuação do Serviço Social inclui medidas como:

- **Encaminhamento para acolhimento institucional**, quando o ambiente familiar não pode garantir segurança e bem-estar adequados.

- **Orientação sobre benefícios sociais**, assegurando que os cuidadores e os cuidados tenham acesso a recursos como pensões, assistência da saúde e suporte psicológico.

- **Mediação de conflitos familiares**, promovendo reflexões sobre o impacto da sobrecarga do cuidado e buscando estratégias para distribuir essa responsabilidade de maneira mais equitativa.

- **Intervenção na rede de saúde**, garantindo que o cuidado seja compartilhado com profissionais e serviços especializados, evitando que recaia exclusivamente sobre familiares sem preparo adequado.

Para que o cuidado familiar deixe de ser uma fonte de vulnerabilidade e se torne um processo mais saudável e sustentável, é essencial que **políticas públicas eficazes** sejam implementadas, reconhecendo e valorizando o papel dos cuidadores. A interseção entre família, Estado e sociedade deve ser fortalecida, permitindo que o cuidado seja um direito protegido e não uma obrigação invisibilizada.

Conclui-se que os relatos analisados demonstram a urgência de fortalecer a rede de proteção social, bem como de ampliar o número de profissionais capacitados para atuar com essa população. É fundamental reconhecer o cuidado como uma responsabilidade social e coletiva, e não apenas privada. O Serviço Social, nesse cenário, assume um papel estratégico na defesa de direitos, na escuta qualificada e na construção de caminhos para a inclusão e a dignidade das pessoas com deficiência intelectual.

CONCLUSÃO

A trajetória percorrida neste trabalho permitiu compreender de forma aprofundada o papel do Serviço Social na promoção da inclusão, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual em situação de violência. A análise teórica, aliada à experiência prática vivenciada durante o estágio supervisionado na SORRI Campinas, evidenciou que, apesar dos avanços legais e institucionais conquistados nas últimas décadas, persistem barreiras estruturais e simbólicas que dificultam a efetivação de uma política de inclusão plena e protetiva para essa população.

Os relatos de caso apresentados demonstraram a complexidade das situações enfrentadas por pessoas com deficiência intelectual, especialmente quando somadas a contextos de vulnerabilidade social, pobreza, abandono, preconceito e violência. As experiências observadas e acompanhadas revelaram a importância de uma escuta qualificada, de um atendimento humanizado e da atuação em rede, com equipes multidisciplinares comprometidas e sensíveis às especificidades de cada sujeito.

O estágio supervisionado contribuiu significativamente para a articulação entre teoria e prática, reforçando a compreensão de que o assistente social é um agente fundamental na mediação entre o sujeito e as políticas públicas. Sua atuação é estratégica não apenas no acolhimento e encaminhamento dos casos, mas também na construção de estratégias coletivas e na luta por uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

Conclui-se que o enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência intelectual exige o fortalecimento das políticas públicas, a formação continuada dos profissionais, a sensibilização da sociedade e, sobretudo, a efetiva participação dos próprios sujeitos na construção das respostas às suas demandas. O lema “Nada sobre nós sem nós” deve ser, mais do que uma frase de efeito, um princípio norteador de práticas comprometidas com a dignidade humana, os direitos sociais e a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES (AAIDD). *Definition of Intellectual Disability*. Washington, 2021. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition> . Acesso em: 17 jun. 2025.

ANDRADE, Amanda Ribeiro. Serviço Social: a garantia do direito à educação em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. 2021. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social) – Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/37095> . Acesso em: 5 jun. 2025.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. São Paulo: FBSP; Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12614> . Acesso em: 26 maio 2025.

BENINI, Tatiana. O trabalho de assistentes sociais na garantia dos direitos da pessoa com deficiência. 2022. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso: 16 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 16 jun. 2025.

CAPUTI, Leslieane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009>. Acesso em: 18 jun. 2025

CARVALHO, Ana Paula de. Pessoa com deficiência intelectual e o ambiente de trabalho. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 3, p. 345–360, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j3/rbee> . Acesso em: 26 maio 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br> . Acesso em: 26 maio 2025.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; p.324).Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_de_ficiencia-2.pdf . Acesso em: 16 jun 2025.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência e proteção social: questões para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: características gerais da população com deficiência. Brasília: IBGE, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 7–18, ago. 2006. Publicado originalmente em 1994.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500002> . Acesso em 16 jun.2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf> . Acesso em: 26 maio 2025.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre violência e saúde. Genebra: OMS, 2002. Disponível em: <https://www.who.int> . Acesso em: 26 maio 2025.

GODOI, S. C. de, dos Santos, A. F., Coelho Brandão, C. ., & Ferreira da Silva, B. . (2022). Entre a dor e o amor: reflexões acerca do cuidado familiar de PcD . *Conecte-Se! Revista Interdisciplinar De Extensão*, 6(12), 259–269. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/29628> . Acesso em: 7 jun.2025

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140006> . Acesso em: 17 jun. 2025.

SORRI CAMPINAS. História da Instituição. Campinas, 2024. Disponível em: <https://sorricampinas.org.br/historia/> . Acesso em: 26 maio 2025.

SORRI. História de Sol: relato de caso. Prontuário da instituição. Campinas, São Paulo, 2024. Documento interno.

SORRI. História de César e Augusto: relato de caso. Prontuário da instituição. Campinas, São Paulo, 2024. Documento interno.

SORRI. História de Jasmim: relato de caso. Prontuário da instituição. Campinas, São Paulo, 2024. Documento interno.

SORRI. História de Camélia: relato de caso. Prontuário da instituição. Campinas, São Paulo, 2024. Documento interno.

SORRI. História de Violeta: relato de caso. Prontuário da instituição. Campinas, São Paulo, 2024. Documento interno.